

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE GEOGRAFIA

LUÍS FELIPE PERUCCI DE LACERDA

**POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E REFUGIADOS: UMA DISCUSSÃO
ACERCA DA MOBILIDADE DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL**

Seropédica

2019

LUÍS FELIPE PERUCCI DE LACERDA

**POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E REFUGIADOS: UMA DISCUSSÃO
ACERCA DA MOBILIDADE DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.Dra. Lirian Melchior

Seropédica

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

LUÍS FELIPE PERUCCI DE LACERDA

COMISSÃO JULGADORA

Orientadora: Lirian Melchior

Leandro Dias de Oliveira

André Santos da Rocha

“Migrar é um direito humano, como bem reconhecem os instrumentos internacionais de proteção humana, entretanto perpetuam as contradições impostas entre a lei e a vida humana.”
Joseane Schuck Pinto, Professora visitante na Universidade do Vale do Rio dos Sinos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pois sem ele não estaria aqui. Agradecer a minha mãe, que foi a minha grande apoiadora e também a minha maior inspiração de força e superação, que até o último segundo de vida não deixou de acreditar na educação pública de qualidade e defender seu filho querido, eu.

Dedico também este agradecimento a minha amada vó, que sempre esteve comigo em todas as adversidades, nunca deixando faltar nada. Dona Maria do Carmo é uma das minhas maiores referências de persistência e força de vontade. Meu pai e minha irmã, que representam a minha base e o grande motivo para eu continuar lutando.

A minha grande e amada orientadora Lirian Melchior, que representa pra mim a maior referência de profissional. Aguentou junto a mim todos os meus momentos, sejam eles felizes ou turbulentos. Obrigado pelo apoio, paciência e dedicação, nos momentos de aflição em que se mostrou sempre paciente e solícita.

Aos meus amigos de curso, que em todos os momentos se mostraram companheiros. Em especial, Mariana Herreira, que sempre esteve comigo, me aconselhando e mostrando o poder da empatia. Luan Martins, que mesmo com suas risadas escandalosas, se mostrou amigo confidente e sempre que precisei me encheu de áudios infinitos. Joyce, Laísa, que completaram o grupo “Potyra” e renderam os melhores momentos que pude viver nesta Universidade. Sara Alves, minha eterna bixete, que com o tempo se tornou peça essencial para que eu conseguisse seguir em frente, companheira fiel das festinhas.

Agradeço também as minhas amigas de longa data Caroline, Thainá, Vitória Débora e Isabella, por sempre acreditarem no meu potencial e fazerem com que esse trabalho e essa graduação fossem o sonho delas também. Ao Roberto pela paciência de um psicólogo e os conselhos mais acalentadores.

Ao Thiago, por ter sido paciente e ter aturado minhas crises de ansiedade, sempre disposto a me acalmar e me fazer entender o quão especial eu sou e o quanto eu ainda tenho pra conquistar.

A meu gato Geleia que me acompanhou nos momentos mais difíceis, sempre com muito carinho, ronronar e pedidos de comida 5 da manhã. Sem você eu não conseguiria.

Aos professores e funcionários que constituem a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Curso de Licenciatura Plena em Geografia, que contribuíram na construção do conhecimento para minha formação. Guardarei todos em meu coração e, sempre me lembrarei dos momentos marcantes de aprendizados. Enfim, todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram na construção deste trabalho.

Obrigado a todos!

RESUMO

A presente monografia traz uma discussão sobre a crise político-econômica-social que afeta grande parte da população venezuelana e que culminou em uma forte migração para países vizinhos, incluindo o Brasil. Após a precoce morte de Hugo Chávez e a queda do preço dos barris de petróleo, a maior riqueza venezuelana, o país apresentou perdas significativas em seu desenvolvimento. Uma das principais consequências do déficit da economia foi a escassez de itens essenciais como alimentos, utensílios de cuidado pessoal e até mesmo, medicamentos. Devido ao momento conturbado que a nação coordenada por Nicolás Maduro vive, alguns venezuelanos pedem refúgio ao Brasil como opção para escapar das dificuldades atuais. O trabalho abordará a questão dos refugiados venezuelanos no Brasil a partir da análise das políticas migratórias recentes, e as dificuldades vivenciadas pelos migrantes em terras brasileiras. Como recurso, é feito um levantamento bibliográfico sobre políticas migratórias e a mobilidade dos venezuelanos para o Brasil, além da análise de fontes secundárias para entender os contextos espaciais e econômicos que esta migração adquire e a aplicação de questionário em grupos de venezuelanos em mídias sociais. A monografia tem como objetivo estudar a intensa migração Venezuela-Brasil agravada nos últimos três anos devido à crise político-econômica daquele país e a reformulação das políticas migratórias brasileiras e promover um debate sobre as várias formas de vulnerabilidade que fazem o migrante procurar refúgio em outro país, mesmo que não haja um acolhimento por parte das pessoas do país receptor.

Palavras-Chave: Migração, crise, Venezuela, territorialidade

ABSTRACT

This monograph discusses the political-economic-social crisis that affects a large part of the Venezuelan population and culminated in a strong migration to neighboring countries, including Brazil. Following the early death of Hugo Chávez and the fall in the price of oil barrels, Venezuela's greatest wealth, the country suffered significant losses in its development. One of the main consequences of the economy's deficit was the scarcity of essentials such as food, personal care utensils and even medicines. Due to the troubled moment that the nation coordinated by Nicolás Maduro lives, some Venezuelans seek refuge from Brazil as an option to escape the current difficulties. The paper will address the issue of Venezuelan refugees in Brazil from the analysis of recent migratory policies, and the difficulties experienced by migrants in Brazilian lands. As a resource, a bibliographic survey on migration policies and the mobility of Venezuelans to Brazil is made, as well as the analysis of secondary sources to understand the spatial and economic contexts that this migration acquires and the application of a questionnaire to Venezuelan groups on social media. The purpose of the monograph is to study the intense Venezuela-Brazil migration aggravated in the last three years due to the political-economic crisis of that country and the reformulation of Brazilian migration policies and to promote a debate about the various forms of vulnerability that make the migrant seek refuge in another. even if there is no reception from the recipient country.

Keywords: Migration, crisis, Venezuela, territoriality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Após ataques de brasileiros, 1,2 mil brasileiros deixam o Brasil.....	41
Figura 2. Após ataques de brasileiros, 1,2 mil brasileiros deixam o Brasil.....	41
Figura 3. Criança venezuelana e seus pais sofrem atentado em Roraima.....	42
Figura 4. Criança e pais sofrem atentado em Roraima.....	42
Figura 5. Além da fome, venezuelanos enfrentam xenofobia.....	45
Figura 6. Venezuelanos enfrentam fome e xenofobia em Roraima.....	45
Figura 7. Refugiados venezuelanos passam a trabalhar em outras funções por não conseguir trabalho na área de formação.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação anual do PIB da Venezuela: 2011 a 2020.....	24
Gráfico 2 - Taxa de inflação da Venezuela entre julho de 2018 e abril de 2019.....	29
Gráfico 3 - Pedido de refúgio.....	33
Gráfico 4 - Dificuldades encontradas pelos venezuelanos no Brasil.....	44
Gráfico 5 - Pensam em voltar para a Venezuela.....	52
Gráfico 6 – Medo das políticas migratórias.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Maiores reservas de petróleo pelo mundo.....	25
Tabela 2 - Número de venezuelanos morando fora do país.....	30
Tabela 3 - Preço do barril de petróleo em dólares.....	31
Tabela 4 - Principais países de destino dos imigrantes venezuelanos.....	34
Tabela 5 - Motivos apresentados pelos migrantes venezuelanos entrevistados para migrar para o Brasil.....	36
Tabela 6 - Estados com mais solicitações de refúgio recebidas.....	37
Tabela 7 – Índices de criminalidade no Brasil.....	38
Tabela 8 - Imigrantes no Brasil entre 1870-1953.....	56
Tabela 9 - Número de imigrantes abrigados na capital Boa Vista.....	61
Tabela 10 - Migrantes venezuelanos interiorizados.....	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
APRESENTANDO O PROBLEMA.....	16
1 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O CHAVISMO E A ENTRADA DE NICOLÁS MADURO NO PODER.....	20
1.1 Hugo Chávez e as mudanças na constituição venezuelana.....	20
1.2 Nicolás Maduro e a crise do petróleo.....	26
2 A CRISE MIGRATÓRIA.....	33
2.1 A crise humanitária e a migração para o Brasil.....	34
2.2 A questão da xenofobia.....	40
2.3 A Mobilidade do Trabalho alinhada ao discurso midiático.....	45
3 AS LEIS MIGRATÓRIAS.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXO.....	76

INTRODUÇÃO

Esta monografia refere-se ao estudo da recente mobilidade de venezuelanos para o Brasil, consequência de uma crise política, econômica e social vivenciada pela Venezuela, sobretudo após a entrada de Nicolás Maduro no poder. Percebe-se que essa mobilidade ainda possui um perfil migratório jovem e a pesquisa buscará entender as causas e consequências deste processo migratório bem como as dificuldades enfrentadas pelo migrante em seu processo de reterritorialização em terras brasileiras.

O recente deslocamento de venezuelanos para Brasil vem sendo observado segundo diferentes perspectivas, uma delas é a condição de vida que estes conseguem estabelecer ao chegar no Brasil. A maioria desses migrantes procura desempenhar alguma atividade produtiva que gere renda para continuar vivendo de forma um pouco mais digna, o que faz com se sujeitem a condições precárias de trabalho. As relações sociais envolvidas na busca por trabalho, estadia e até mesmo alimentação nos convidam a refletir sobre a mobilidade humana.

Lussi e Marinucci (2007) metodizam elementos e situações que tornam a situação migrante vulnerável, dos quais se destacam as questões legal, religiosa, familiar, econômica. Essas características relacionadas pelos autores estão concernentes ao abraçamento com o lugar, à identidade e ao processo de territorialização introdutório no lugar de destino. Nessa perspectiva, o migrante sente a necessidade de firmar-se para poder atingir uma sensação de bem-estar, tirando de si o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que se estende e se reforça com a ausência do lugar. Todavia, a fixação do migrante no local de destino tem algumas limitações ou condições em termos de identificação sociocultural e espacial.

Para GAUDEMAR (1977) a mobilidade de trabalho é uma análise que está disposta em compreender e estabelecer a produção da força de trabalho como mercadoria, seu consumo de forma intensiva e extensiva, assim como essa força de trabalho é motivadora em termos espaciais, setoriais e profissionais. A mobilidade, consequentemente, diz respeito às características que a força de trabalho vai assumindo pelos imperativos da acumulação capitalista e, em última instância, como ela auxiliada ao capital, na sua produção e circulação.

HAESBAERT (2004) aponta que dentro de novas articulações espaciais em rede surgem territórios-rede flexíveis o que importa é ter acesso, ou aos meios que possibilitem a maior mobilidade física dentro das redes ou aos pontos de conexão que permitam “jogar” com as múltiplas modalidades de território existentes, criando a partir daí uma nova multiterritorialidade. MELCHIOR (2008) cita uma passagem onde “a migração em sentido estrito, onde a mobilidade é mais um meio que um fim, uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade (em sentido amplo), certamente não poderá ser vista como um processo de desterritorialização”.

Para entender as diferentes consequências do processo migratório foi realizada uma análise bibliográfica buscando referências teóricas sobre a migração e sobre as questões políticas, econômicas e sociais que estão envolvidas neste processo. Também foi realizada uma análise de fontes secundárias (IBGE, IPEA, CONECTAS, ACNUR, ONU) além de um acervo de noticiais veiculados pela mídia sobre a migração de venezuelanos para o Brasil. A metodologia utilizada para coleta de dados e informações primárias tratou-se da realização de entrevistas com imigrantes através de mídias sociais. Para compreender melhor a situação real vivenciada pelos migrantes ainda foram aplicados questionários a alguns grupos de venezuelanos encontrados no facebook. Esta ferramenta de análise se mostra bastante importante, pois possibilita o acesso aos migrantes de forma virtual e traz ao debate o impacto real sofrido por estas pessoas. Foram consultados os grupos “Venezuelanos em Manaus”, “Venezuelanos no Brasil/Boa Vista” e “Venezuelanos em São Paulo” e posteriormente, os membros foram convidados a participar de um questionário. Devido à crise sócio-político-econômica que o país de origem vive, alguns venezuelanos tiveram receio de responder e alguns agiram de forma negativa, pensando que a entrevista fazia parte de uma investigação por parte do governo de Maduro. Foram entrevistados 73 venezuelanos, num total de 37 perguntas, onde o principal intuito era descobrir o perfil desse migrante, motivação e como eles estavam enfrentando a crise. Através dessa gama de respostas, foi feita uma tabulação dos dados obtidos que serão discutidos nos capítulos seguintes.

Autores como Raffestein, Haesbaert, Saquet que tratam da questão da territorialidade; Gaudemar que discute a mobilidade do trabalho apresentada por Marx; Patarra, Póvoa-Neto, que discutem questões referentes as migrações internacionais; Fusco, Dornelles, Melchior, que desenvolvem a importância das redes para o estudo

migratório entre outros vários autores importantes que debatem sobre os contextos migratórios foram utilizados como referências para este estudo.

Para sua consecução, esta monografia foi dividida em (?) capítulos. O primeiro capítulo busca apresentar a fundamentação teórica que tem como principal papel a contextualização da situação em que a Venezuela se encontrava, desde a tomada de Hugo Chávez ao poder, a queda do petróleo e a crise socioeconômica no governo de Nicolás Maduro; o segundo trata da crise humanitária e da necessidade dos venezuelanos em migrar para países onde pudessem ter melhores condições de vida; por fim, o terceiro trata da política migratória interna do Estado brasileiro e como vem se desenvolvendo o tratamento do migrante no Brasil.

Este assunto se mostra extremamente importante e estudos relativos à mobilidade dos venezuelanos são necessários para que sejam compreendidos os contextos sócio-político e econômico que esta migração se encontra, bem como as dificuldades e expectativas que envolvem os migrantes.

APRESENTANDO O PROBLEMA

O fenômeno internacional atual vem se caracterizando pelo desenvolvimento e constituição de sociedades em redes. A evolução dos transportes aumentou o volume e os movimentos desses deslocamentos e trouxe à tona a porosidade das fronteiras nacionais, étnico-culturais e indenitárias, uma vez que nos terrenos das trocas materiais e simbólicas se confrontam indivíduos e culturas muito diferentes. Dessa forma, as práticas de deslocamento devem ser percebidas como constitutivas de significados culturais em lugar de serem apenas uma extensão ou transferência desses significados. As redes sociais construídas na migração têm a capacidade de produzir modos de organização que ultrapassam as fronteiras de um Estado, de um território definido por uma linha geopolítica ou dois lados separados e vigiados arbitrariamente, mas também ligados por práticas legais e ilegais de cruzamentos, trocas e comunicações (Clifford, 1999, p.13).

As zonas fronteiriças são zonas de concessões e apropriações culturais e, por este motivo, um lugar beneficiado para o entendimento do processo migratório internacional. Essas fronteiras tanto podem se configurar como lugar de controle como de transgressão, seja das fronteiras geopolíticas seja das fronteiras culturais e da subjetividade. (RODRIGUES, 2006)

A concepção de território que Haesbaert traz é de uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações. Territorialidades que se apresentam com o sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço e que na atualidade se expressam mais em rede (lógica reticular), com a compressão do espaço pelo tempo, do que em zonas contíguas (lógica areal). Compreende assim a configuração de multiterritorialidades pela possibilidade existente na globalização de se poder estabelecer processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolvendo escalas diferentes (dimensão tecnológica, uma cultural e outras referente à instabilidade das geometrias de poder), como os cidadãos globais (globe-

trotters) ou as redes terroristas internacionais. Em certo sentido, para aquele que vive no limite de fronteiras econômicas e políticas, existe também a transterritorialidade de compartilhar de valores e códigos culturais de diferentes “mundos” ou territórios alvo de estratégias de contenção e controle “muros” típicas das sociedades de segurança.

É importante enfatizar que o fluxo migratório venezuelano teve uma mudança significativa nos últimos tempos, indicando uma clara transformação na lógica migratória, tanto do período Chaves quanto do atual período Maduro. A dependência do Governo de sua matriz econômica e a incapacidade de mudança produtiva. Dispondo da impressão de papel moeda pelo Banco Central para o pagamento de dívidas e custos de manutenção do próprio Estado, o que pontualmente, acabou levando a piora da inflação, à crise de abastecimento de produtos básicos e ao aumento da discrepância entre as classes sociais no país.

Imersa em uma grande crise humanitária, a Venezuela passou a ser um lugar de instabilidade para quem vive no país, o que obrigou milhares de pessoas a deixarem o seu país em busca de mínimas condições de sobrevivência. De acordo com o FMI (2018) a previsão é que a economia da Venezuela encolha 12% e que alcance um índice superior a 2000% em inflação, aumentando mais ainda a recessão econômica. O controle de preços e a política decretada por Nicolás Maduro de retenção de dólares gerou consequências estarrecedoras para a população como a escassez de produtos básicos, essenciais ao desenvolvimento e vida digna da população como: leite, ovos, farinha, sabão e papel higiênico (VEJA, 2016). Em matéria publicada recentemente pelo site UOL, confirmou-se as projeções da superinflação. Nos primeiros meses de 2019 a inflação acumulada chegou a 3.326%, fato que elucida a grave crise enfrentada pela Venezuela. (UOL, 2019)

Com a crise humanitária instaurada no país, os venezuelanos passaram a viver em condições de vulnerabilidade. Os movimentos transfronteiriços aparecem como alternativas devido ao menor custo, não precisando gastar com viagens aéreas – muitos se deslocam de ônibus ou até mesmo a pé. Os venezuelanos acabam procurando pelo caminho mais fácil e prático, tendo que enfrentar muitas vezes horas de caminhada, podendo ou não conseguir uma carona, para facilitar o percurso.

Esse movimento migratório dispõe de um fator de expulsão muito claro, em que a situação frágil econômica, social e de segurança faz com que muitos venezuelanos

deixem seu país em busca de outras localidades, como o Brasil, por exemplo. Muitos desses migrantes vêm para o Brasil em busca de uma melhor situação de vida e até mesmo para poder assegurar uma boa situação para os familiares que deixaram para traz – mandando dinheiro. Buscam no Brasil oportunidades de emprego que na Venezuela já não existe, porém, pelo que se é observado, a busca por emprego acaba sendo também um fator de dificuldade, devido à concorrência com nativos.

Com a crescente migração dos venezuelanos para o Brasil os pedidos de refúgio cresceram muito. Este pedido pode vir de várias formas, mas em se tratando de venezuelanos, eles visam proteger o direito a vida e a dignidade. Em terras brasileiras, mesmo asseguradas pelas leis que protegem àqueles que pedem algum tipo de ajuda humanitária, os venezuelanos têm sofrido preconceitos por parte da população e do poder político local. Estas são questões que tem sido insistentemente discutida, pois em tempos de fluidez de mercadorias e de capital, aos indivíduos migrantes são impostas todo tipo de restrições implicando até mesmo na proliferação de barreiras físicas como muros e cercas, além da militarização de fronteiras para impedir a entrada de migrantes (PÓVOA-NETO, 2018, HAESBAERT, 2017).

Com o avanço da globalização generalizou-se um discurso de um mundo cada vez mais erradicado, instável, fluído em quebra de um mundo mais fixo – territorial. Para Haesbaert (2002), o conceito de território é o mais difundido na Geografia e a maioria dos trabalhos focaliza sua destruição, ou seja, a desterritorialização, sem deixar claro que concepção de território encontra-se por trás deste processo.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Os discursos midiáticos em relação aos migrantes revelam algumas representações que tornam explícitos certos aspectos da migração e acabam inviabilizando outros. A mídia, através de suas publicações, constroem exposições acerca de determinados grupos como no caso das notícias sobre os movimentos

migratórios, a exemplo da Venezuela, com a crise migratória. Esse discurso, da forma como é construído, pode produzir representações que acabam viabilizando, ou não, desconsiderando quaisquer personagens que fujam da norma instituída pela imprensa.

Ao tratarem do tema da migração, bem como de qualquer outro, os meios de comunicação fazem uso do discurso não acadêmico (mesmo que eventualmente informado por membros da academia), utilizando a informação transformada em notícia como meio para conquista e consolidação de posições ante o mercado dos leitores. Para isso, podem apelar ao recurso da reiteração de ideias já estabelecidas e, curvando-se ao imperativo da informação breve e imediata, não privilegiar o aprofundamento analítico sobre processos sociais com alto grau de complexidade.

(PÓVOA-NETO, 2006)

Nas últimas três décadas pode-se perceber que houve uma consolidação de novas redes de mobilidade no que concerne o sistema migratório e, conseqüentemente, à formação de territórios da migração, tanto pela integração econômica de novos espaços, como também pela reestruturação funcional de outros espaços. A exemplo da desindustrialização de centros metropolitanos, re-hierarquização da rede urbana, aumento da rotatividade e circularidade na migração, intensificação da pendularidade, etc. Em associação a esses movimentos, foi percebida também uma intensificação da mobilidade populacional nas áreas de fronteira, formando espaços nos quais a difusão do comportamento migratório conecta migrações internas e a migração internacional, abrindo caminho para a formação de novas — territorialidades e identidades (Patarra e Baeninger, 2006; Souchaud et al., 2007; Marques, 2009)

Conforme os dados levantados em questionário, dos 73 entrevistados a maior parte dos imigrantes venezuelanos é constituída por jovens (71%), com escolaridade nível superior (53%) e, onde 71% estavam empregados na Venezuela. Questionados se vieram com sua família, notou-se que a maior parte dos entrevistados (58%) viajam acompanhados de esposa e filhos. É possível notar que as origens dos imigrantes não estão restritas apenas às cidades existentes próximas à área de fronteira com o Brasil, sendo Merida, Cidade de Bolívar e Caracas as três mais citadas. Dos 73, 10% chegaram ao país em 2015, 8 % em 2016, 30% em 2017, 6% em 2019 e conseqüentemente, a maior parte (46%) imigrou em 2018.

O imigrante venezuelano residente em Boa Vista, apresenta o Ensino Médio completo. Entretanto, como já havia mencionado acima a maior parte dispõe de um nível superior, como engenheiro de computação, advogado e médicos. Sobre a inserção dos mesmos no mercado de trabalho de Boa Vista, onde se concentram a maior parte dos venezuelanos que foram entrevistados, os mesmos são absorvidos em trabalhos que

exigem pouca qualificação, devido ao estado não ter capacidade de atender a grande demanda de migrantes que vem recebendo.

Assim, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil, tanto do ponto de vista político-diplomático na tentativa de obtenção do visto humanitário, quanto em suas relações pessoais, onde o preconceito transcende às relações cotidianas para as páginas de jornal e revistas, dificultando o acesso a serviços e ao trabalho.

1. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O CHAVISMO E A ENTRADA DE NICOLÁS MADURO NO PODER

A população venezuelana vem enfrentando grave problema ao fazer uma análise à distância fica difícil ter uma vasta compreensão, devido ao alto nível de polarização que foi difundido pelos meios de comunicação nacionais e internacionais; visto que, heróis e vilões são construídos e desconstruídos é preciso ficar atento para refletir os contextos políticos e sociais que a história dos países apresenta. Para isso traremos um breve histórico sobre o contexto político-econômico social que a Venezuela enfrenta nos últimos anos, com os governos de Hugo Chávez e Nicolas Maduro, realizando então, uma análise do país buscando entender os motivos que levaram os venezuelanos a pedirem refúgio no Brasil. Desta forma, analisamos como era a vida dos venezuelanos no país de origem e depois de sua migração ao Brasil – e ainda, discutiremos sobre as políticas migratórias que afetam diretamente na estadia desse migrante no país receptor.

1.1 Hugo Chávez e as mudanças na constituição venezuelana

Chávez organizou-se politicamente através de posições de baixa patente das quais fazia parte nos quartéis. Estes não possuíam vínculos e estavam insatisfeitos com as políticas tradicionais que se mantinham no comando da Venezuela. Este grupo começou a se unir e fizeram seus próprios movimentos, sendo esse princípio do aprendizado e da construção da figura de Hugo Chávez e do seu projeto bolivariano. O discurso de Chávez mesclava-se entre vários elementos, indo da doutrina católica, linguagem popular e indígena, e com uma base metodológica política socialista, um renascimento da esperança e do sonho que *Simón Bolívar*¹ representava. Sua campanha era feita para e através das massas, na qual, não tivera, até então, representação significativa na política e ansiava por essa chance.

A escalada de Chávez ao poder, em 1999, marcou o fim de uma era para a população venezuelana. Os partidos políticos que eram tidos como tradicionais se dissipam à nova realidade, certificados pela votação expressiva de um modelo alternativo. Até o ano de 2004, Chávez estava somente preocupado em aderir a um novo modelo de Constituição, argumentando que a anterior era incompatível com o momento

¹ Simón Bolívar foi uma liderança importante no decorrer do processo de emancipação das colônias espanholas, foi um obsessivo escritor de cartas. Ele não descuidou de sua correspondência nem mesmo com a proximidade da morte, pois a guerra e a escrita eram faces complementares e constitutivas de sua atuação política.

histórico que se desenhava. Havia também a preocupação em realizar uma série de reformulações agrárias, sociais e, sobretudo, petroleiras.

Em 1999, Hugo Chávez assume o poder na Venezuela. O novo presidente tinha pleno conhecimento de que, pelas características da Venezuela, para reverter à situação socioeconômica vigente, era preciso impor profundas mudanças no seio do Estado venezuelano, e isso não prescindia da elaboração de uma nova Carta Constitucional. O governo de Hugo Chávez estava embasado num discurso que tinha em seu tripé a força da lei. Ao ser eleito, uma de suas primeiras providências foi a de convocar uma um referendo para que se falasse sobre a abertura de uma Assembleia Constituinte, que tinha como promessa a reformulação da Constituição do país. Ele tinha como objetivo de lançar um modelo que se opunha ao que estava em vigor antes da sua tomada ao poder. A participação efetiva da população durante a redação da Constituição de 1999 e futuramente a sua aprovação em referendo acabou lhe dando uma grande proximidade e identificação com o povo.

...o bolivarianismo e o socialismo do século XXI estão fortemente atrelados a esse pressuposto constitucional e ao amparo legal. Diferentemente do socialismo do século XX, onde a premissa era a toma do poder e a instauração da ditadura revolucionária do proletariado, o que observamos na Venezuela é um governo que preza pelo cumprimento das leis.

ARAUJO, Rafael & BRUCE, Mariana (2010)

No plano econômico, é praticamente consenso entre os pesquisadores que os primeiros anos de Chávez no governo não apresentaram mudanças radicais. O presidente continuava pagando sem maiores questionamentos a dívida externa do país, protegia e até incentivava os investimentos estrangeiros e inclusive mantinha a mesma ministra das finanças do governo de *Rafael Caldera*², *Martiza Izaguirre*³.

O despreparo dos partidos políticos tradicionais em paralelo ao caos sofridos por governos anteriores conduziram a Venezuela para um caminho socialista, com um ideal puramente nacionalista, tendo como seus principais idealizadores os grupos políticos que emergiam e, entre eles, estava o grupo político liderado por Hugo Chávez Frias, que venceria a eleição presidencial e assumiria o mandato em dois de fevereiro de 1999 como fala Amado Cervo:

² Rafael Caldera ocupou o cargo de presidente da Venezuela entre os anos de 1969 e 1974 e posteriormente entre 1994 a 1999, período que antecedeu o governo de Hugo Chávez.

³ Martiza Izaguirre foi ministra das finanças no governo de Rafael Caldera e continuou seu legado no governo seguinte.

A vitória de Hugo Chávez Frías nas eleições presidenciais de dezembro de 1998 pôs fim à denominação de quarenta anos dos dois partidos conservadores tradicionais, inaugurando um outro modelo político caracterizado pelo nacionalismo social, distinto do conservadorismo tradicional e da malograda experiência neoliberal (CERVO, 2007 p.163).

A ascensão de Chávez levou o país a voltar a uma imagem de Bolívar, da qual o modelo revolucionário continuava sendo o ideal a ser seguido. Todavia, para a população, conflitos ideológicos que basicamente caracterizavam este discurso e modelo político não eram de fácil compreensão. Mas, considerando-se aspectos que distinguem a administração pública na Venezuela, percebeu-se que há uma constante busca pela implantação de uma cultura *multilateralista*⁴.

Alinhado a isso, destaca-se uma forte intervenção política e econômica do Estado perante a sociedade, sob a retórica do socialismo, fazendo uma contestação de estruturas de cunho democrático institucional e tradicional vindas do capitalismo como uma forma de mudança, apoiados na participação política de grandes massas em sistemas partidários que lhe dão certo tipo de sustentação.

O projeto bolivariano tinha uma característica ambígua, tentando conciliar as práticas progressistas de um socialismo com viés reformista em paralelo a uma manutenção de antigas estruturas do sistema capitalista, assim tinha o seu ponto de maior vulnerabilidade e que suscitava grandes conflitos com os setores da sociedade que ainda tinham um poder econômico muito expressivo.

A guerra política que se espraiava na Venezuela transcendia fronteiras nacionais, o que acabava gerando conflitos e alianças de vários pilares do cenário internacional. Esse regime chavista, ao mesmo tempo em que se indispôs diplomaticamente com os EUA, acabou iniciando a construção de uma rede de alianças envolvendo diversos países antes que não faziam parte do time da diplomacia venezuelana. Nessa conjuntura, buscou-se a aproximação com outros países latino-americanos cujos governos estavam alinhados a um viés de esquerda e países do resto do planeta que de alguma forma se opunham a política norte-americana.

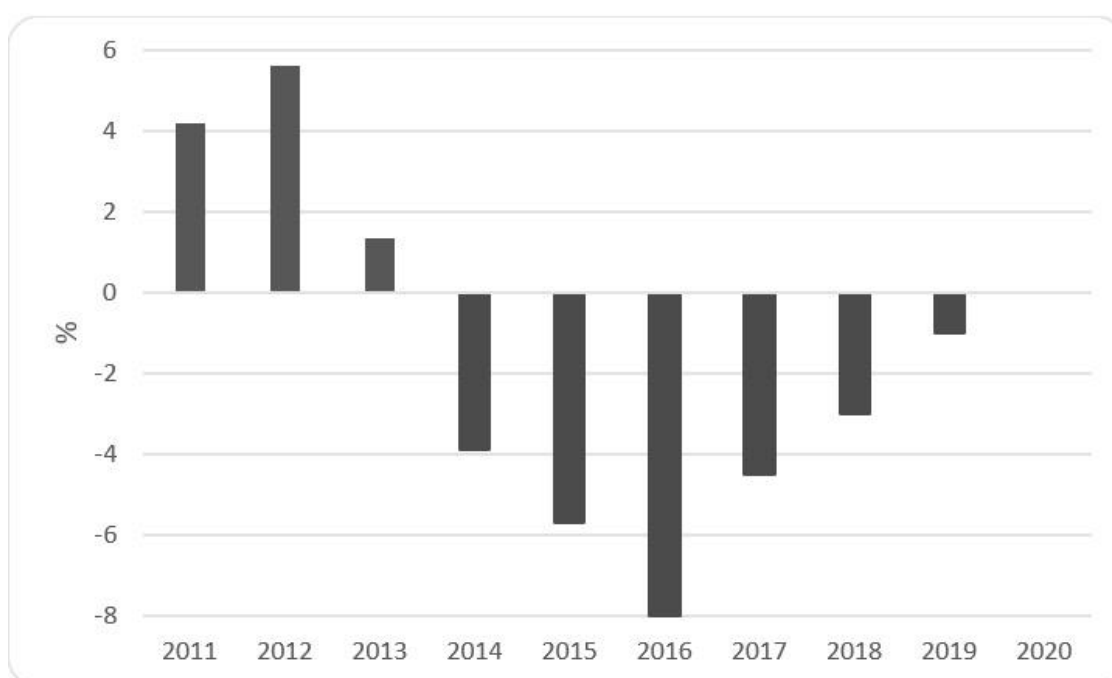
Em nível de comparação aos outros países da América Latina, a Venezuela ainda mantinha uma elite econômica rentista e de alto padrão de consumo, que estavam

⁴ É um termo nas relações internacionais que se refere a vários países trabalhando em conjunto sobre um determinado tema.

inseridas no mercado global por meio de investimentos no setor financeiro, favorecendo por várias décadas os lucros de exportação de petróleo do país.

A Venezuela, que estava sob o comando de Hugo Chávez foi protagonista da integração política e econômica da América Latina na primeira década do século XXI. Sua postura ativa nos debates e iniciativas regionais chegou a revelar um clima de rivalidade com a estratégia do Brasil de Lula para a região. Sua política externa assertiva começou no ano de 2004 e pode ser compreendida como um resultado da combinação de fatores domésticos e internacionais.

Gráfico 1: Variação anual do PIB da Venezuela: 2011 a 2020



Fonte: EcoDebate (2016)

SANTOS e VASCONCELOS (2016) dão destaque em seu texto dizendo que o governo chavista estava interessado em propostas em que vinham de confronto com a classe burguesa e os setores mais conservadores do país. Fazendo com que a reforma agrária fosse um assunto a ser debatido e realizado, retirar por completo a participação das multinacionais na extração de petróleo do país, além de autorizar um regime de congestão entre o Estado e os funcionários para que fossem reerguidas as empresas falidas.

Chávez enxergava no petróleo venezuelano um instrumento capaz de gerar influência por meio da dependência. Da mesma maneira que prometeu redistribuir os ganhos do petróleo via programas sociais associados a uma revolução bolivariana e estabelecendo uma relação de dependência entre o “comandante” e o povo, de modo igual Chávez visualizava a oportunidade de liderança na América Latina ao fazer alianças por meio da mercantilização do petróleo a preços e condições preferenciais a países da região.

Tabela 1: Maiores reservas de petróleo pelo mundo.

País	Barris (em bilhões)
Venezuela	300.9
Arábia Saudita	266.5
Canadá	169.7
Irã	158.4
Iraque	142.5
Kuwait	101.5
Emirados Árabes Unidos	97.8
Rússia	80

Fonte: BBC (2019)

Simultaneamente às iniciativas colocadas em prática que se referem ao comércio e investimentos na cadeia do óleo e gás, Chávez passa a atuar de maneira proativa em reuniões regionais propondo a institucionalização de fóruns com a construção de organizações de cooperação regional, com uma nova configuração de países com governos de esquerda que começam a surgir em toda América Latina. Como um esforço para renovar seus equipamentos militares e diminuir sua dependência militar com os EUA, que anunciaram um embargo à venda de armas à Venezuela, Chávez passa a promover uma série de programas de compras de armamentos bélicos junto à Rússia.

Essa situação conduziu a Venezuela, grande exportadora de petróleo, mas dependente de tecnologias e capitais para sua exploração e refino, a um grau tão profundo de dependência em relação à matéria-prima que os efeitos resultantes disto no conjunto de sua produção econômica podem ser explicados pela *Maldição dos Recursos Naturais*⁵ ou, mais especificamente, a Maldição do Petróleo. Em síntese, a MRN

⁵ A maldição dos recursos naturais, também conhecido como o paradoxo da abundância, refere-se ao paradoxo em que os países e regiões, com uma abundância de recursos naturais, especificamente

constitui um paradoxo entre o abundante ingresso de divisas gerado pela exportação de um único produto e o declínio da atividade manufatureira ocasionada pela baixa competitividade de outros segmentos da economia que são desfavorecidos pelas regras cambiais (PERIARD; LOSEKANN, 2012)

Hugo Chávez estava mais preocupado em trazer de volta o ideal bolivariano para o povo venezuelano. Chávez conseguiu fazer grandes mudanças na estrutura social, fazendo com que a burguesia fosse desmoralizada – classe que tinha o poder até o momento. Ocorreu então a ascensão do povo oprimido, que passou também a ter voz ativa em tudo que era decidido no país. Hugo Chávez tinha uma postura totalmente nacionalista, tendo a vontade de transformar não só a Venezuela, mas a América Latina, em nome do socialismo que ele apelidava de socialismo do século XX – esse modelo foi seguido pelo atual presidente da Venezuela – Nicolás Maduro.

1.2 Nicolás Maduro e a crise do petróleo

No início do século XX, a Venezuela ingressa no ciclo econômico do petróleo, cuja produção irá tornar-se o principal produto da economia e provocar forte redução da atividade produtiva em todos os outros setores da economia. À medida que o petróleo ocupava uma posição central como fonte energética no mundo, mais e mais a Venezuela foi auferindo dividendos da produção petrolífera e dela tornando totalmente dependente sua economia. Embora a produção petrolífera tenha sido em princípio controlada por companhias transnacionais, sobretudo norte-americanas, tal fato não impediu que se desenvolvesse na Venezuela um segmento social privilegiado que passou a viver exclusivamente da renda gerada pelo petróleo (FERREIRA, 2012).

A política externa da Venezuela fez com que o petróleo fosse notado em todos os aspectos da sociedade venezuelana desde o início da sua exploração na década de 1920, o que culminou numa categorização da economia do país em economia rentista, ou seja, a maioria dos rendimentos é advinda do comércio internacional do petróleo, na forma de cobrança de impostos e demais encargos. Para Cicero (2015), trata-se de uma atividade econômica onde não se produz, mas se capta, pois não existe um setor produtivo na economia do país, mas sim um grande aparato voltado para a extração de um produto natural não renovável. Já Baptista (2006) aponta que essa política rentista

recursos não renováveis, como o mineral e combustível, tendem a ter menos crescimento econômico e piores resultados de desenvolvimento se comparados a países com menos recursos naturais.

imposta à Venezuela estruturou-se a partir de três características principais: gastos públicos elevados, o superdimensionamento do Estado e o baixo crescimento do capital privado.

Em 1958 consolidou-se o *Pacto de Punto Fijo*⁶, tratado entre os dois principais partidos políticos de então, Acción Democrática (AD) e Partido Socialcristiano (COPEI), que duraria até 1998, que seu objetivo era proporcionar uma estabilidade política no país através da construção de um plano de governo consensual capaz de satisfazer as inúmeras necessidades dos grupos políticos, o que estava incluso setores de importância para a sociedade civil como as forças armadas, sindicatos e igreja. A partir do estabelecimento do pacto, com eleições regulares e alternância de poder, o país gozou de considerável estabilidade política e econômica. (CICERO, 2010)

Boersner (2009) indica que houve grande modernização política, econômica, social e cultural, e que houve uma renovação da atividade diplomática do país. Esta renovação, embora não tenha logrado “blindar” a política externa das turbulências internas, definiu objetivos que podem ser resumidos em três palavras-chave: democracia, autonomia e segurança. Ele mostra que a política externa venezuelana teve como objetivo primário de 1958 a 1969, defender e fortalecer a democracia a nível regional e hemisférico, tendo em vista criar bases internacionais de legitimação e sustentação de seu sistema democrático interno, ainda relativamente recente e frágil.

Em resumo, segundo Boersner (2009), apesar de alternâncias no poder e fatores externos diversos, os esforços diplomáticos da Venezuela de 1958 a 1998 pautaram-se nos seguintes pontos: a luta pelo isolamento das ditaduras e a validade supranacional dos valores democráticos e dos direitos humanos; uma estratégia internacional comum

⁶ O Pacto de Punto Fijo foi um acordo político firmado em 31 de outubro de 1958, entre os três grandes partidos venezuelanos - a Acción Democrática (AD), de centro-esquerda, a Unión Republicana Democrática (URD), de centro, e o democrata cristão Comité de Organización Política Electoral Independiente (Copei), de centro-direita. O propósito do acordo era assegurar a estabilidade política do país, após a derrocada da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, a alguns meses das eleições, marcadas para dezembro do mesmo ano. Seus efeitos se fizeram sentir até o início dos anos 1990. Durante o ano de 1958 várias tentativas de golpe de estado haviam sido feitas, contra Pérez Jiménez. O risco de uma regressão militar levou à formação de uma frente civil, visando retomar o caminho da normalização democrática. O pacto obrigava os partidos signatários a respeitar os resultados das eleições, de modo a assegurar alguma estabilidade à incipiente democracia representativa venezuelana, bem como possibilitar a alternância de poder - excluído o Partido Comunista da Venezuela, que viria a ser proscrito. A denominação *Punto Fijo* refere-se ao nome da residência da família do líder do Copei, Rafael Caldera.

dos países exportadores de petróleo através da *OPEP*⁷, com base no controle público de suas 14 respectivas indústrias de hidrocarbonetos; e a promoção, durante a década de 1970, do Diálogo Norte-Sul em busca de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

A ideia do petróleo como principal produto de exportação da economia venezuelana, apesar da sua exploração rogar de um nível grande de industrialização com a utilização de instrumentos e máquinas fixados nas áreas de prospecção, não trouxe o desenvolvimento econômico que o país precisava para romper com a dependência que caracterizava os países capitalistas avançados. Contrariamente, essa riqueza continuou a manar da Venezuela para os países centrais mais avançados.

A política econômica de Chávez ficou basicamente centrada na exploração do petróleo não se preocupando com o investimento em outras áreas produtivas. Com a morte de Hugo Chávez, Nicolás Maduro assume e então continua com a mesma linha política. No entanto, uma forte crise petrolífera explode no mundo, diminuindo em grande escala o preço dos barris de petróleo, produto que é de extrema importância para a economia de o país girar. As consequências socioeconômicas foram devastadoras e são sentidas até hoje. Se por um lado, a forte alta do preço do petróleo posterior ao ano de 2005, possibilitou uma rápida ascensão da economia venezuelana sob a gestão de Hugo Chávez, por outro a queda do preço após o ano de 2015, sob a gestão de Nicolás Maduro, teve efeitos devastadores para a Venezuela.

No ano da morte de Hugo Chávez, a Venezuelana vive um esgotamento do regime bolivariano em contrapartida a todas as pressões sofridas no âmbito político interno e externo. A queda em níveis alarmantes da receita do país em consequência da redução do preço internacional do petróleo é retirada por completo à capacidade do governo em gerenciar esses conflitos internos dando vantagens políticas. A falta dessas divisas reflete diretamente na ausência de dinheiro para a importação de bens básicos e insumos dos quais a Venezuela era extremamente dependente. A crise de abastecimento tomou conta do país e então setores de oposição, que estavam controlando determinados setores produtivos, boicotaram qualquer iniciativa do governo para tentar conduzir os problemas crescentes.

Maduro, após breve período de interinidade no comando do país, assume a presidência em 2013, tendo a difícil tarefa de dar continuidade a um projeto bolivariano

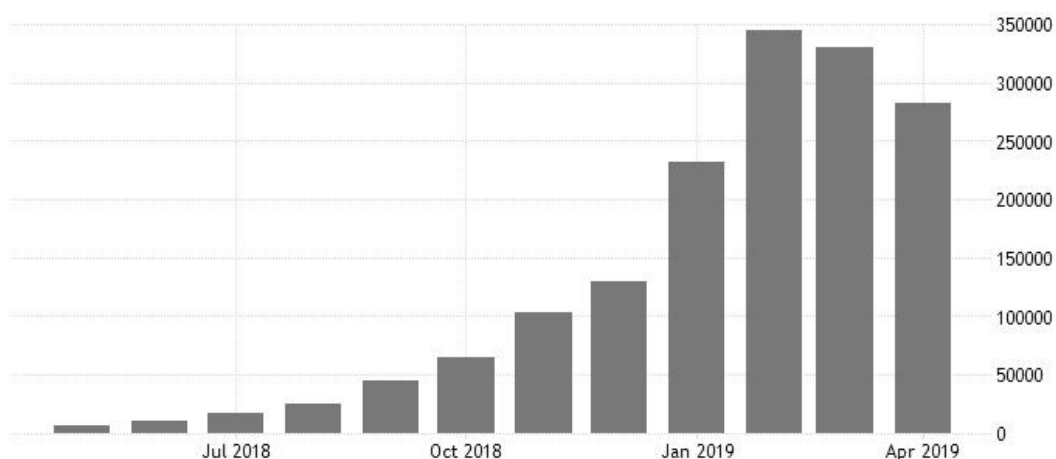
⁷ Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

de desenvolvimento nacional que já estava fadado ao fim. Sua falta de liderança e a baixa margem de votos na vitória eleitoral aumentaram ainda mais a decadência do bolivarianismo.

A crise econômica vai se agravando ainda mais no ano de 2014, passando por intensas manifestações nas ruas das grandes cidades do país motivadas principalmente pelo desabastecimento em relação a itens essenciais para a sobrevivência, o que acaba conduzindo o governo de Nicolás Maduro a uma política de conservação de poder, que se amparava a uma grande repressão dos movimentos populares e a ausência de liberdades políticas. A democracia, ainda que estivesse muito fragilizada no governo Chávez, é fortemente atacada com a entrada de Maduro. Assim, a alta dependência da exportação de petróleo na balança comercial venezuelana alavancada ao longo do governo Chávez somada à queda no preço do petróleo no mercado mundial e à redução da produção nacional afeta profundamente os demais índices do país (LÓPEZ MAYA, 2018).

Para não expor as dimensões do problema, o governo parou de divulgar os dados econômicos e sociais elementares. Tal carência e defasagem de números atingem, por exemplo, a questão da dívida externa, fazendo com que não existam dados seguros desde 2013. Quanto à inflação, os valores mais recentes se limitam ao ano de 2016. Esta censura, porém, não impede a compreensão da adversa realidade da Venezuela.

Gráfico 2: Taxa de inflação da Venezuela entre julho de 2018 e abril de 2019.



Fonte: Banco Central da Venezuela. (2019)

Tal instabilidade e disparidade criam práticas de corrupção, cujos cidadãos com acesso às taxas de câmbio mais equitativas, como empresários e funcionários públicos de destaque, se lançam ao mercado para extrair lucros descomunais. O resultado é a escassez de dólares na economia para a importação de alimentos, medicamentos e outros bens de necessidade básica, obrigando os venezuelanos a enfrentarem longas filas ou comprarem produtos contrabandeados por preços arbitrários (CANNON; BROWN, 2017).

Enfrentando uma polarização desenfreada, a Venezuela entrou numa crise política muito grande, fazendo assim a oposição tomar forma, pois é na falta de estabilidade econômica que o discurso político torna-se favorável e é bem vindo pela população sedenta por resultado.

As eleições na Venezuela aconteceram de forma regular, porém alguns veículos internacionais de observação e também governos de diversos países, a liberdade de expressão para o povo venezuelano passou a não ser respeitada. Para Dahl (2001), a liberdade de expressão é um dos seis requisitos fundamentais da democracia além de outros como um governo eleito, eleições livres, autonomia das associações civis, fontes diversificadas de informação e inclusão social.

Tabela 2: Número de venezuelanos morando fora do país.

Ano	América do Sul	No Mundo
2005	55 mil	437 mil
2010	68 mil	557 mil
2015	87 mil	696 mil
2017/2018	1.5 milhão	2.5 milhões

Fonte: Gazeta do Povo (2019)

No governo de Nicolás Maduro o ataque à democracia representa uma estratégia de preservação do poder nas mãos de um determinado grupo político que tenha bases de apoio já deterioradas produzidas pela crise política e econômica do país.

A queda dos preços do barril nos mercados internacionais e da produtividade do setor petrolífero interno são algumas das razões que explicam a grave crise econômica de um país que, apesar de ter as maiores reservas de combustível do mundo, sofre com uma alta inflação e com a escassez de produtos básicos, já que o Estado tem menos

recursos para importá-los. A dependência externa aumenta porque a Venezuela tem muitos termos de confissão de dívida assinados por outros países, aos quais recorre para obter financiamento. Donald Trump impôs novas sanções ao que chama de "ditadura" na Venezuela com a intenção de "reestabelecer a democracia" no país sul-americano. Em um comunicado enviado pela Casa Branca, o presidente do Estados Unidos apresenta uma nova medida que “proíbe o país de realizar transações com títulos da dívida venezuelana e comprar bônus de sua empresa estatal petroleira (*PDVSA*)” (BBC, 2017).

Com esse embargo econômico feito pelos EUA a situação da Venezuela se agravou, dando um golpe nas finanças de um país que arrecada, com a exportação de petróleo, US\$ 96 de cada US\$ 100 em divisas e que, por causa da necessidade de importar alimentos, medicamentos e bens de primeira necessidade, depende muito do desempenho do petróleo no exterior.

Tabela 3: Preço do barril de petróleo em dólares.

Ano	Preço do barril (em dólares)
2013	112.93
2014	107.57
2015	48.42
2016	30.80
2017	46.19
2018	68.13
2019	60.85

Fonte: G1 (2019)

A crise humanitária então foi instalada. Notou-se a falta de utensílios básicos em todas as prateleiras, a inflação disparou para números assustadoramente altos, a economia foi em queda livre e a moeda do país foi completamente desvalorizada. A Venezuela encontra-se em uma crise não só econômica, mas também social e política. Por outro lado, a oposição, que antes estava representando uma minoria no congresso, ganhou força e voz, devido à falta de estabilidade econômica e política e seu discurso tornaram-se favorável e bem vindo pela população que ansiava por uma melhora imediata. SIMÕES (2018, p. 49) discute isso bem em seu artigo:

O que o Human Right Watch chama de “Crise Humanitária” é a grave e generalizada violação de Direitos Humanos na Venezuela. Falta de medicamentos básicos que dificultam o acesso a serviços básicos de saúde e tratamento de doenças crônicas como pressão alta e diabetes. Falta de alimentos, o que gerou na população Venezuelana uma “desnutrição severa”. A Unicef revelou em relatório publicado que 3,4% das crianças venezuelanas sofriam de desnutrição em 2013, o último ano refletido nas estatísticas que o

Governo do presidente Nicolás Maduro ofereceu ao organismo internacional. Esse número cresceu segundo dados da FAO divulgados em 2017 (UNICEF, 2014).

Percebe-se assim, que a situação social na Venezuela era bastante preocupante, são altas taxas de desemprego, uma grave crise hospitalar, além da falta de acesso a produtos básicos de consumo. Esta situação tem sido fortemente agravada por conta dos embargos econômicos que países opositores ao Chavismo têm colocado à Venezuela. Um dos principais causadores dessa crise é os EUA que impôs sanções à Venezuela resultando na retenção da exportação de petróleo para aquele país, além de bloqueios de medicamentos e alimentos.

Em meio a tantas dificuldades que começam a ser impostas a população, esta começa a se deslocar pelos países vizinhos (Colômbia, Equador, Peru, Brasil) além de EUA e Espanha em busca de trabalho e alimentos.

O Estado Bolívar ao sul da Venezuela e o Estado de Roraima na Região Norte do Brasil possuem similitudes, tais como o fato de se constituírem em grandes espaços em relação aos seus respectivos territórios nacionais. Viverem processos de expansão da fronteira econômica, cujos programas oficiais de exploração de recursos naturais enfatizavam o caráter de “espaços vazios”, culminando com políticas de ocupação baseadas no conceito de desenvolvimento vinculado à doutrina de Segurança Nacional. São palcos de constantes conflitos pelo controle dos recursos naturais travados por diversos atores sociais (índios, garimpeiros, madeireiros, empresários, fazendeiros, militares); possuem populações indígenas significativas e estão situados em áreas de fronteira internacional; portanto, em área que delimita a soberania das duas nações.

Os municípios fronteiriços de Gran Sabana e Pacaraima apresentam características muito similares quanto à inserção regional e ocupação dos territórios estaduais e nacionais. São municípios de projetos de expansão agrícola, áreas de intensa exploração mineral ao longo de suas histórias, e possuem um grande contingente de população indígena.

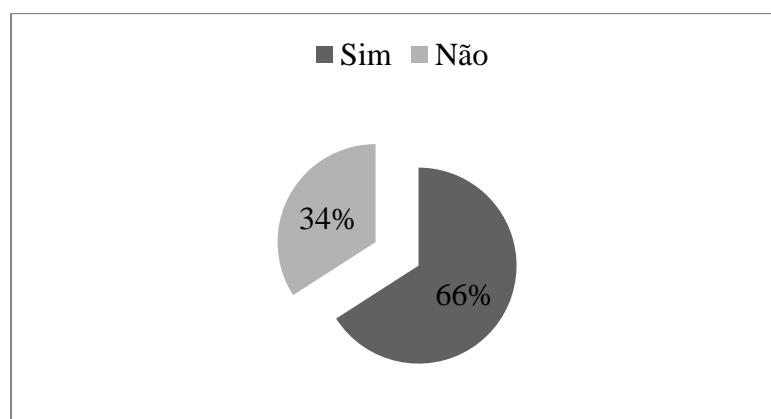
2. A CRISE MIGRATÓRIA

A recessão econômica e alta inflação levaram o país a uma violenta crise, a moeda local foi completamente desvalorizada. Muitos venezuelanos então viram na migração uma alternativa. Essa migração envolvia desde divergências políticas, como problemas decorrentes da crise econômica como desnutrição, falta de medicamentos básicos e a falta de trabalho.

Com a crise na Venezuela instaurada, estima-se que, até setembro de 2018, mais de 2,6 milhões de venezuelanos já haviam emigrado de seu país e 186.800 pediram asilo em outros países (REGIONAL 2018). Atualmente o fluxo migratório desse país para o Brasil aumentou substancialmente. Segundo dados da Polícia Federal, entre 2017 e novembro de 2018, entraram no Brasil 199.365 venezuelanos através da fronteira da cidade de Pacaraima, em Roraima. Destes, 100.928 têm registro de saída do Brasil e 98.437 ainda estariam em território brasileiro. Tal fluxo migratório aumentou sobremaneira o número de solicitações de refúgio, que passou de 10.357 pedidos em 2016 para 73.410 em 2018 (POLÍCIA FEDERAL, 2018). O êxodo massivo de venezuelanos, muitos dos quais fugiram de seu país em busca de remédios, suprimentos médicos, equipamentos de saúde e serviços básicos de saúde, tem sobrecarregado os serviços nas fronteiras da Venezuela.

No questionário, é possível ver que os pedidos de refúgios são feitos assim que os venezuelanos chegam ao Brasil, mas que muitos enfrentam dificuldades na obtenção do documento, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 3: Pedido de refúgio.



Fonte: Dados coletados por questionários aplicados em mídia social. Junho de 2019

De acordo com Vaz (2016), a crise tem afetado diferentes aspectos da sociedade venezuelana, como o econômico, o social e o político. Entre as diferentes consequências da crise na Venezuela, observa-se, a partir de 2015, um aumento significativo do fluxo de venezuelanos para outros países, tanto para os destinos clássicos da emigração venezuelana, Estados Unidos e Espanha, por exemplo, quanto para países fronteiriços ou outros destinos no continente americano. Assim, países como Colômbia, Trinidad e Tobago e mais recentemente o Brasil viram seus registros de venezuelanos aumentarem a partir desse ano (ÁLVAREZ, 2016).

Tabela 4: Principais países de destino dos imigrantes venezuelanos

País de destino	Número
Colômbia	1.1 milhão
Peru	506 mil
Chile	288 mil
Equador	221 mil
Argentina	130 mil
Brasil	96 mil

Fonte: BBC (2018)

O número de refugiados e migrantes da Venezuela em todo o mundo atualmente é de 3,4 milhões, informaram a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). México e países da América Central e do Caribe também recebem um número significativo de refugiados e migrantes venezuelanos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

2.1 A crise humanitária e a migração para o Brasil

A migração venezuelana para o Brasil não produzia números considerados significativos, fato que teve uma mudança a partir de 2015, com pico de entradas no país em 2017, ultrapassando vinte mil ingressos. Esse maior movimento de entrada no país fez com que a mídia e o governo federal classificassem esse fluxo enquanto crise humanitária. Destaca-se a existência de grandes debates entre o meio acadêmico e a sociedade acerca das justificativas para permitir a concessão de refúgio aos venezuelanos que chegam ao Brasil e, não apenas um visto por acolhida humanitária, tendo em vista a crise política, econômica e social enfrentada pelo país.

A chegada dos imigrantes venezuelanos é realizada majoritariamente pelo extremo norte do país, pelo estado de Roraima. Desse modo, constata-se um aumento da

imigração venezuelana, que é percebida de diferentes formas, pelos diferentes discursos da mídia, político, acadêmico, entre outros.

As autoridades venezuelanas sob o governo de Maduro ocultam a crise ao encerrar a publicação de informações oficiais de saúde, anteriormente disponibilizada regularmente. Eles têm hostilizado e retaliado aqueles que coletam dados ou divulgam informações sobre a escassez de alimentos e remédios. Essas ações, juntamente com o fracasso do governo em reconhecer todo o escopo do problema, tornam impossível um diagnóstico abrangente da crise. Tal diagnóstico é fundamental para elaborar uma resposta humanitária eficaz.

O fracasso do governo venezuelano em disponibilizar informações de saúde pública e sua retaliação contra quem se pronuncia sobre as condições de saúde no país, enquanto as instalações continuam a deteriorar, representam uma violação das obrigações da Venezuela de respeitar, proteger e salvaguardar o direito à melhores condições de vida, garantido pela Constituição Venezuelana e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)⁸.

Para Silva (2017), classificar o movimento migratório atual como “invasão” ou “êxodo” faz parte do jogo das autoridades que pretendem por meio dessa hipertrofia dos números obterem mais recursos oriundos da União ou para justificar a inadequação da prestação de serviços pelos órgãos estatais e municipais, questões essas históricas e que possuem pouca relação com o atual fluxo para o estado. Ele observa ainda que “pelas características apresentadas pelo fluxo, a melhor forma de categorização, seria de uma migração forçada não vinculada às hipóteses de Refúgio, a qual não encontra guarida no atual sistema normativo brasileiro”.

Para se livrar da crise que estava assolando o país, muitos venezuelanos buscaram em outros países um refúgio, com a esperança de mudança e uma vida melhor. Segundo dados do IBGE, em 2015 a população Venezuelana no Brasil era menos do que mil. Com a crise e a falta de utensílios básicos, esse contingente teve uma crescente e hoje chega a ultrapassar os 30 mil. Só em 2018, mais de 10 mil

⁸ O PIDESC, ratificado pela Venezuela, garante a todos o direito de “desfrutar o mais elevado nível possível de saúde física e mental”, bem como o direito a um “nível de vida” adequado que inclua “alimentação adequada”.

venezuelanos ultrapassaram a fronteira do Brasil em busca de melhor condição de vida. Em apenas três anos a população venezuelana aumentou em 3.000% no Brasil.

Tabela 5: Motivos apresentados pelos migrantes venezuelanos entrevistados para migrar para o Brasil

Motivo	Porcentagem
Questão econômica	45%
Questão Social	6%
Questão Política	6%
Todas as alternativas	16%

Fonte: Dados coletados por questionários aplicados em mídia social. Junho de 2019.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) aponta que apenas 9% dos venezuelanos que entram no Brasil por Roraima conseguem um emprego formal nas primeiras semanas após chegarem, antes de seguirem para outros destinos. Em levantamento feito com mais de 4,1 mil pessoas em 13 municípios do estado, a agência da ONU revela que 59% desses refugiados e migrantes estão sem trabalho. Um em cada três tem dificuldade em ter o que comer. De acordo com o organismo das Nações Unidas, 32% dos venezuelanos entrevistados tinham emprego em seu país de origem. A publicação da agência da ONU ressalta que 29% dos venezuelanos possuíam alguma formação especializada (ensino médio técnico, tecnólogo ou faculdade) completa ou incompleta, com quase 15% tendo frequentado uma universidade, ainda que não tivessem acabado o curso. Segundo o relatório, 61% dos entrevistados tinham concluído ou pelo menos iniciado o ensino médio. (NAÇÕES UNIDAS, 2019)

Localizada no extremo norte do país, Roraima é o estado do Brasil que mais sente o deslocamento dos venezuelanos e isso se tornou muito visível nas ruas das cidades de Pacaraima e Boa Vista. O número de solicitações de refúgio triplicou de 2015 para 2018 no estado, sendo que para outras capitais do país esse número é bem menor. A partir disso, podemos constatar que grande parte dos venezuelanos que solicitam refúgio vem por uma migração terrestre, oriunda da fronteira Santa Elena de Uairén-Pacaraima.

Tabela 6: Estados com mais solicitações de refúgio recebidas

Estado	Solicitações
Roraima	25.641
Amazonas	6.416
São Paulo	5.381
Santa Catarina	866
Paraná	613

Fonte: O Globo (2019)

Com a proximidade da fronteira, as cidades de Pacaraima e Boa Vista foram as que mais receberam venezuelanos nessa migração forçada. A imigração foi intensificada em 2016, após uma série de protestos pedindo a saída do presidente Nicolas Maduro do poder, e desde então a cidade recebe um grande contingente de migrantes. A busca por cidades próximas se deu devido a uma fronteira seca e sem grandes desafios de travessia. Em 2016, o jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria dizendo que muitos venezuelanos chegavam à cidade brasileira em busca de comida, mas depois voltavam para o seu país com malas e mochilas lotados de alimentos - já sentido a crise no abastecimento. Os imigrantes também viajavam em busca de remédios.

Ao ser perguntada sobre como tinha sido a experiência da viagem para o Brasil, uma das entrevistadas diz:

“Nossa viagem foi uma grande odisséia, saímos de táxi de Santa Elena para Pacaraima, pegamos um ônibus para Manaus por 12 horas, em Manaus tivemos que fazer uma parada de 10 dias porque meu bebê, que na época tinha 6 meses, estava internado com bronquite, como meu bebê é cardiopata, a maior parte do nosso dinheiro foi para lá, continuamos o barco de Manaus a Belém do Pará por mais de 5 dias em que nossa comida era literalmente pão e água. Chegando a Belém do Pará, compramos 3 passagens para Goiânia por mais 3 dias de estrada até finalmente chegarmos ao nosso destino final sem conhecer absolutamente ninguém e sem dinheiro no meu bolso”. (Entrevista realizada com imigrantes venezuelanos em Junho de 2019)

Vemos em seu relato a dificuldade que é ter que sair de seu país em busca de uma situação mais confortável – que nem sempre corresponde às expectativas. Ainda sobre a crise humanitária que assola a Venezuela um dos entrevistados afirma que:

“Em meu país de origem você não pode viver, morre de fome se ficar doente não se tem assistência por parte do Estado Venezuelano. Entre muitos outros fatores e por todas essas questões voltar para lá neste momento não é um de meus planos.” (Entrevista realizada com imigrantes venezuelanos em Junho de 2019)

Já outro migrante afirma que no Brasil há estabilidade em todos os sentidos – econômica principalmente. Em Caracas, por exemplo, você deve ficar atento a todo o redor, ao mexer no celular ou fazer determinadas compras.

Trazendo para a realidade brasileira, fica evidente que o migrante venezuelano fica condicionado a ilusão em seu processo de adaptação, não enxergando claramente os problemas que o Brasil enfrenta. Principalmente no que diz respeito à criminalidade, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 7: Índices de criminalidade no Brasil

Crime	1º Semestre 2019
Estupro	21566
Furto de veículos	109763
Homicídio doloso	19074
Lesão Corporal Seguida de Morte	420
Roubo a Instituição Financeira	273
Roubo de Carga	8578
Roubo de veículo	93463
Roubo seguido de Morte (Latrocínio)	768
Tentativa de Homicídio	16987

Fonte: Ministério da Justiça (2019)

Em relação à chegada dos migrantes ao Brasil, nota-se que a esperança em ter dias melhores também se representa através de uma política da escassez, ou seja...

“No Brasil há comida, segurança, melhor poder de compra, o setor de saúde é muito bom, se você estiver desempregado com cinco reais compra salsicha e arroz se você só comer duas vezes e saber administrar.” (Entrevista realizada com imigrantes venezuelanos em Junho, 2019)

Outra já aponta que pode comprar comida. Elogia o bom atendimento médico, onde pode controlar as vacinas de seu filho recém-nascido, visto que na Venezuela não há medicamentos. O que mostra uma diferença exorbitante nos níveis de crise em que os dois países se encontram. Enquanto na Venezuela muitos reclamam da falta de utensílios e comida para garantir a sobrevivência, no Brasil essas pessoas encontram acolhimento e se regam de uma nova oportunidade para ser feliz novamente – mesmo com as adversidades.

A crise migratória chegou a níveis nunca antes vistos em território brasileiro e venezuelano. Segundo o site da Câmara dos Deputados, que apurou dados da Polícia Federal, estima-se que 500 a 600 venezuelanos estejam entrando por dia em território

brasileiro durante os últimos meses. O site afirma que de acordo com a Polícia Federal, o Brasil tem cerca de 1,1 milhão migrantes, algo em torno de 0,5% do total da população, que hoje é de 208 milhões de habitantes. Em alguns países, como Estados Unidos e França, esse percentual chega a 10%. Por isso, a situação de Roraima é localizada e o Brasil não passa por uma crise migratória. O coordenador-geral de imigração da Polícia Federal afirmou que o número de migrantes é grande em comparação à população do estado, que gira em torno de 500 mil habitantes.

Estima-se que quase 32 mil venezuelanos morem em Boa Vista, o que corresponde a quase 10% dos 375 mil habitantes da capital, a terceira menor do país que agora vive problemas de metrópole. Segundo o governador Antonio Denarium (PSL) a taxa de desemprego saltou de 8% para 16% em menos de dois anos, causando um trauma na economia do estado. Na educação, mais de 5 mil filhos de venezuelanos estão estudando na rede de escolas estaduais. Já na saúde, 50% dos leitos hospitalares são ocupados por venezuelanos. Um levantamento da operação Acolhida, a missão humanitária que cuida do fluxo migratório, mapeou em maio dez prédios abandonados com mais 1.350 venezuelanos e outros 1.493 vivendo nas ruas. O número tem crescido ao passo que 12 mil venezuelanos foram transferidos para fora do estado após um ano e dois meses desde o início do processo de interiorização do governo federal. Entre os que ficam os relatos são de desemprego. Só 9% dos recém-chegados conseguem emprego formal no Brasil, mostrou uma pesquisa da Organização Internacional de Migração (OIM). (G1, 2019)

A crise migratória desencadeou um aumento expressivo na demanda por serviços públicos também em Pacaraima (RR), na fronteira com a Venezuela. Dados fornecidos pela prefeitura do município — com cerca de 15 mil habitantes, segundo a estimativa mais recente do IBGE — à Câmara dos Deputados mostram que o número de venezuelanos atendidos no único hospital da cidade aumentou 438% entre 2015 e 2018 — de 1.856 para 9.999 no ano passado. Na rede municipal de ensino, um terço dos alunos nasceu no país vizinho, e a prefeitura estima que haja 860 crianças aguardando a disponibilidade de vagas nas três escolas municipais da cidade. Em 2016, dos 1.744 matriculados, 177 eram estudantes da Venezuela; hoje, são 917 de um total de 2.755 (aumento de 418%).

Principal porta de entrada dos venezuelanos no Brasil, Pacaraima enfrenta dificuldades para sustentar o volume crescente de procura pelos serviços básicos. No ofício entregue à comissão da Câmara que trata da crise na fronteira, a Secretaria municipal de Saúde afirma que há um risco de “imminente colapso dos serviços de saúde, diante da capacidade mínima técnica e financeira para a prestação dos serviços do SUS à população”. (O GLOBO, 2019)

2.2 A questão da xenofobia

Recentemente vimos essa vinda de venezuelanos para o Brasil estampar todas as capas de jornais. Devido à alta demanda e falta de lugar para abrigar, Pacaraima viu-se em estado de calamidade pública. Os habitantes da capital acabaram vendo o seu lugar ser “invadido” por pessoas de outro país e decidiram reivindicar seus direitos de uma forma brutal. Muitas foram às manifestações por parte da população e do poder político local registrando o descontentamento com a chegada de um número tão grande pessoas nas cidades de Roraima.

“Essas reflexões atestam a profunda complexidade da relação entre criminalidade, migração e direito. Embora sofram numerosas violações de direitos humanos, tanto nos países de origem como naqueles de trânsito e de chegada, muitos migrantes e solicitantes de refúgio, com frequência, acabam sendo perseguidos por dispositivos legislativos que visam, antes que o respeito da dignidade do ser humano, o controle do excedente social.”

(MARINUCCI, 2015, p.8)

O site Terra (2018) noticiou que uma manifestação foi convocada em resposta a um assalto sofrido por um comerciante brasileiro de 55 anos, que supostamente foi cometido por um grupo de venezuelanos. O comerciante teve 23 mil reais roubados, foi agredido e foi internado em um hospital da cidade. De acordo com o jornal Folha de São Paulo (2018), após o protesto ter se dispersado, moradores de Pacaraima passaram a andar em grupos, perseguindo venezuelanos. Uma tenda usada por imigrantes chegou a ser derrubada com um trator. O conflito chegou a alcançar o posto de fronteira entre os dois países.

Essa xenofobia por parte dos brasileiros contra os venezuelanos passou a ser bastante discutido nas redes sociais, tendo defensores e opositores. Muitas pessoas tentando justificar a represália contra os migrantes, por erros cometidos por um grupo ínfimo. Em Pacaraima, por exemplo, a população local afirma que essa represália para com os venezuelanos poderia ser explicada devido a um acontecimento envolvendo um

comerciante da cidade, Raimundo Nonato, o qual foi roubado, espancado e morto, supostamente por um grupo de 4 venezuelanos. O site El País (2018) noticiou essa tragédia afirmando que esta teria sido a gota d'água para justificar o ataque aos imigrantes – a polícia investigou o caso e prendeu os quatro suspeitos. Enquanto isso, 1.200 venezuelanos já foram expulsos após os ataques dos habitantes da área.

Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército

Após assalto e agressão a comerciante, imigrantes tiveram acampamentos queimados e foram expulsos de Pacaraima (RR), na fronteira com o país vizinho, no sábado (18). Cidade amanheceu com ruas vazias.

Por Jackson Félix e Emily Costa, G1 RR — Boa Vista
19/08/2018 11h02 - Atualizado há um ano



Figura 1: Manchete retirada do site G1. Acesso em 28/11/2019



Figura 2: Manchete retirada do site Alto Verde. Acesso em 28/11/2019

Esta mesma reportagem afirma que após este acontecimento o número de imigrantes que cruzaram a fronteira foi bastante reduzido. Segundo profissionais da triagem, as longas filas no posto de identificação, que eram diárias até a semana antes do ataque, desapareceram. O medo de ser atacado tem sido maior do que o de ficar na Venezuela.

Outro caso envolvendo xenofobia contra venezuelanos noticiado pelo site ISTO É (2018), onde uma criança venezuelana de 3 anos e seus pais ficaram gravemente feridos após desconhecidos jogarem uma bomba caseira dentro da casa onde estavam os abrigados. A criança sofreu queimaduras de segundo grau em várias partes do corpo. Além disso, outro caso parecido ocorreu duas semanas depois, dessa vez, imagens de segurança flagraram um homem jogando gasolina e ateando fogo em direção à varanda de uma casa onde vivem 31 venezuelanos.

GERAL

Criança venezuelana e seus pais sofrem atentado em Roraima

Estadão Conteúdo
09/02/18 - 11h47

Figura 3: Manchete retirada do site Isto É. Acesso em 28/11/2019.



Figura 4: Manchete retirada do site Uol. Acesso em 28/11/2019.

Os episódios de xenofobia contra os venezuelanos não se intensificaram devido a esse fato, El País expõe que apesar desse fato ter sido muito noticiado pela mídia, episódios de discriminação eram muito frequentes, principalmente na cidade de Pacaraima, devido a ser uma cidade muito pequena e não ter recursos suficientes para os próprios moradores, tampouco para pessoas de fora do país. Fica explícito então o ressentimento por parte dos brasileiros tanto pela precarização ainda maior de serviços públicos, pressionados pela demanda dos novos usuários, como pela sensação de insegurança.

O processo de criminalização do migrante cria condições socialmente aceitas para culpabilizar o indivíduo que já se encontra em uma situação vulnerável, por todas as situações precárias que dada sociedade está vivendo – aumento da violência, desgastes dos serviços públicos, falta de empregos – levando o migrante a assumir a culpa por um Estado que não consegue se responsabilizar por seus problemas sociais e atribui ao Outro a precariedade ou inexistência dos seus serviços. Assim, ocorre o

aumento de manifestações xenofóbicas e preconceituosas contra os migrantes (PÓVOA-NETO, 2005, 2018).

Os brasileiros se tornaram inimigos dos venezuelanos, devido a um discurso por parte da mídia que não traduzia a realidade. Alguns se revoltavam, dizendo que os venezuelanos estavam vindo para o Brasil roubar as oportunidades de emprego. Muitos brasileiros passaram a abrir guerra contra os imigrantes, negando ajuda e até mesmo fazendo manifestações para que os ‘inimigos’ fossem expulsos do país.

Apoiados numa hostilidade difusa quanto aos imigrantes e na sua imputabilidade quanto a diversos males sociais, forças políticas articulam-se, através dos meios de comunicação de massa, para a construção de imagens ameaçadoras sobre a imigração. Esta passa a ser frequentemente representada como invasiva e descontrolada, passível, portanto, de iniciativas mais ousadas para sua contenção.

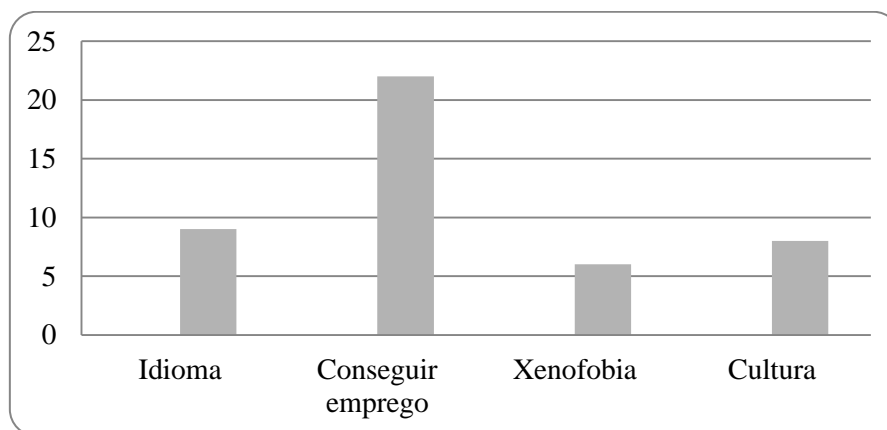
(POVOA-NETO, 2008, 31)

Mesmo com uma situação delicada entre brasileiros (sobretudo de Roraima) e os poder político local contra venezuelanos, o país continuou abrigando os migrantes por uma questão humanitária. O Estado passou a criar medidas de acolhimento para conseguir atender a grande demanda. Em Boa Vista, por exemplo, foi montado abrigos para que os venezuelanos não dormissem nas ruas. Como uma forma de aliviar a sobrecarga de serviços e a concentração de migrantes nas cidades de Boa Vista e Pacaraima O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) fez a proposta de interiorização dos venezuelanos para outros Estados do país. Segundo a ACNUR mais de 4.700 venezuelanos já foram transferidos para outros 17 estados brasileiros. Os migrantes interessados neste processo fazem um cadastro, são imunizados, recebem informações sobre os municípios para os quais estão se deslocando, sobre acesso a serviços e sistemas de saúde e sobre como serão abrigados. Desta forma, eles podem ser acolhidos por outras instituições e não ficam em uma situação de vulnerabilidade maior, se integrando de uma forma mais digna à sociedade brasileira. (CONNECTAS, 2018; ACNUR, 2019).

Através dos questionários aplicados, foi possível perceber que mesmo sendo a questão da xenofobia um assunto bastante discutido pela imprensa e pelos veículos midiáticos, nota-se que a experiência dos venezuelanos no Brasil tem várias modulações. Quando perguntados sobre a questão da receptividade por parte dos brasileiros, a maior parte dos migrantes entrevistados afirmou que a chegada deles ao

Brasil foi regada de muita gentileza e calor humano. Em outra questão aplicado através do questionário, é perceptível que a xenofobia não se enquadra como maior dificuldade encontrada ao chegar no Brasil. A falta de emprego, o idioma e a diferença de cultura, ainda são mais falados do que a xenofobia em si.

Gráfico 4: Dificuldades encontradas pelos venezuelanos no Brasil.



Fonte: Dados coletados por questionários aplicados em mídia social.

Através do questionário aplicado aos migrantes venezuelanos que residem no Brasil, foi possível perceber que estes foram bem recebidos pelos brasileiros - um dos entrevistados nos relatou que:

“Na maioria das vezes é aceitável, com exceção da minha filha na universidade, por causa de sua origem, idioma, ela é vista como estrangeira e tratada como tal, ela estuda no sul do Brasil, RS, e encontrou pessoas, professores e até estudantes, com comportamento desfavorável, uso de drogas, ideologia extrema, mas no resto, minha senhora e eu, nada a reclamar, fomos bem tratados.” (Entrevista realizada com imigrantes venezuelanos em Junho, 2019)

Em contrapartida em uma pesquisa feita pela ACNUR, publicada pelo jornal DESTAK, (data) a discriminação sofrida pelos venezuelanos alcançou um nível de 41%. O que mostra que há uma dificuldade em estabelecer uma máxima quando se trata deste assunto. Mesmo que no questionário o resultado seja diferente, é notório que a recepção dos venezuelanos pelos brasileiros foi um pouco tempestuosa, estampando a capa de muitos jornais Brasil a fora.

PRECONCEITO

Além da fome, venezuelanos enfrentam xenofobia

17.07.2019 07:00 | por Caio Luiz | 0

Pesquisas mostram descolamento da realidade de brasileiros sobre a real presença de imigrantes no país

Figura 5: Manchete retirada do site Destak. Acesso em 28/11/2019.

Imprimir Voltar Home

■ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Data: 28/03/2018

Venezuelanos enfrentam fome e xenofobia em Roraima



A crise pela qual passa a Venezuela tem levado venezuelanos a cruzar a fronteira com a ilusão de tentar uma vida melhor no Brasil. Chegando aqui, entretanto, eles têm enfrentado a miséria, fome, ataques xenofóbicos, violência, machismo e precarização do trabalho. A prefeitura estima que mais de 40 mil venezuelanos tenham se mudado para Boa Vista, capital de Roraima, o que representa um aumento de mais de 10% da população da cidade nos últimos dois anos.

Em fevereiro, um homem chegou a atirar gasolina em uma casa onde viviam 13 venezuelanos em Boa Vista, ateadando fogo contra o imóvel e deixando três feridos. A crise chega, também, aos serviços públicos do estado de Roraima e de sua capital. O aumento da população fez crescer a procura por saúde e educação públicas, sem que houvesse o devido e proporcional investimento orçamentário.

A situação é relatada por Cláudia Magalhães, secretária-geral da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (SesduRRR – Seção Sindical do ANDES-SN). “Nós temos uma fronteira com a Venezuela muito próxima, a 200 km de Boa Vista. Essa troca entre brasileiros e venezuelanos sempre existiu, é comum. Devido à questão política na Venezuela, que se agravou nos últimos anos, o fluxo migratório que era incipiente se tornou intenso. Em Boa Vista há quatro anos não se via moradores de rua, e hoje se vê pessoas dormindo nas praças”, relata.

A docente ressalta que os dois principais problemas enfrentados pelos venezuelanos em Roraima são a fome e a xenofobia. “A xenofobia está muito forte, e a fome também. Temos ressaltado a importância de apartar a fome. Muitas pessoas chegam em quadro de desnutrição grave. Muitas crianças venezuelanas que morreram com sarampo eram desnutridas, o que fez o tratamento contra a doença pouco efetivo”, comenta Cláudia.

A diretora da SesduRRR-SSind relata outras dificuldades dos venezuelanos em solo brasileiro. “Não há uma política migratória por parte do governo. E, muitas vezes, a mídia local gera, na população, a associação da imigração venezuelana com a todas as mazelas de Roraima. Estamos vendo práticas xenofóbicas nas redes sociais e na imprensa local. A prostituição tem aumentado entre as mulheres imigrantes. Foram relatados casos de exposição e fragilidade dessas pessoas, sujeitas à agressão física, à exploração sexual, ao trabalho escravo. Há relatos de imigrantes que trabalham e depois não recebem nada. Motoristas que aceleram e avançam sobre imigrantes na rua, etc.”, relata a docente.

Figura 6: Manchete retirada do site Portal Andes. Acesso em 28/11/2019

Ao se propor fazer um questionário com bases em respostas tiradas de mídias sociais é notório que as respostas precisam ser relativizadas, uma vez que os brasileiros se tornaram uma ameaça para os venezuelanos, o que se percebe através dos inúmeros casos de xenofobia relatados. A primeira reação das pessoas que estavam no grupo de facebook do qual o questionário foi aplicado foi de completo desconforto e desconfiança, o que é completamente compreensível, visto que essas pessoas estão numa situação de vulnerabilidade muito forte. Além de questionarem se o entrevistador não fazia parte de algum esquema do governo de Nicolás Maduro, para coletar informações e repassar ao governante, apelidando de “chavista infiltrado”.

2.3 O discurso midiático alinhado a mobilidade do trabalho

No entanto, os discursos políticos e midiáticos conservadores têm dificultado ainda mais a vida dos migrantes venezuelanos que para cá se dirigiram. O presidente eleito já manifestou que deveriam ser criados “campos de refugiados” para os migrantes

venezuelanos de forma a conter o avanço destes pelo território brasileiros (O GLOBO, 2018). Estes discursos potencializam a figura de um migrante que não deve ser acolhido por ser um gerador de problemas, no entanto, vários estudos demonstram que as migrações trazem mais benefícios do que prejuízos para os países de destino.

Marx admite que a força de trabalho, como toda mercadoria, possui um determinado sentido e utilidade, em função do seu uso e consumo e que a relação produtiva estabelece outros valores de uso, quando disposta no mercado para a troca. Isto é, a força de trabalho possui um caráter duplo, que consiste no fato de conter um valor de uso e um valor de troca atrelados; considera-se, além disso, que a mercadoria deve estar disponível no mercado, o que se dá em função da sua liberdade de ir vir. Neste sentido, haveria uma terceira característica da mercadoria como força de trabalho, que seria diferente das outras, seria o fato de se colocar sozinha no mercado. Distingue-se das demais também pelo fato de ser a única capaz de gerar valor – o componente responsável pela mediação de todas as trocas feitas no mercado capitalista. Por sua vez, o valor que produz a força de trabalho pode ser apresentado de maneira mais simples como sendo o relativo às mercadorias. Da mesma maneira que, ‘são os homens que, pela sua mobilidade, alimentam o mercado das forças de trabalho’ (GAUDEMAR, 1977).

É justo acreditar que a mobilidade do trabalho interessa ao capital. Ela é a condição sem a qual não admite-se a valorização. A força de trabalho está rendida em um processo de mercantilização, que é a prática em que se constitui a moderna sociedade que produz suas mercadorias. Todo o quadro por trás das migrações sob o capitalismo assume esse véis combina de deslocamento humano – enquanto força de trabalho, em favor do capital.

Deste modo, a busca por melhores condições de vida e salário impõe o desejo da migração, isso deve ser aceito apenas sob uma ótica individual e completamente subjetiva do migrante, já que objetivamente é o processo do desenvolvimento capitalista que acaba forçando as pessoas a migrar. (GAUDEMAR, 1977)

Como atuação sobre a geografia dos lugares, a mobilidade do trabalho acaba produzindo territórios sob a orientação e necessidade do capital, e também faz recriar, em condições melhores – e mais rápidas, os meios para a circulação de mercadorias,

sejam elas banais ou não e, além disso, acompanha a mercadoria da força de trabalho, que acaba sendo essencial para o ser humano.

Assim, a mobilidade da força de trabalho, representa uma forma de o capital ter acesso à mercadoria também através dos inúmeros processos migratórios. Os venezuelanos ainda que vivencie uma situação de conflitos político-econômicos e sociais em seu país, o que poderia diferir de uma migração por trabalho que impulsiona as engrenagens do mercado capitalista, ao chegar ao Brasil, em busca de visto humanitário, também terá de buscar uma inserção no mundo do trabalho para garantirem o sustento de suas famílias, as dificuldades encontradas pelos venezuelanos para obterem emprego em Pacaraima e na capital Boa Vista é indiscutível e explícito no questionário aplicado. Muitos acabam desabrigados, desempregados e ocorre o agravamento de suas condições precárias de vida acirrando as preexistentes fragilidades sociais da região, especialmente na capital Boa Vista. As históricas dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado e a profunda crise econômica pela qual passa o Brasil já seriam suficientes para causar processos de efervescência social no território em questão, porém estes estão sendo agravados num contexto de progressivo crescimento demográfico com a chegada dos migrantes venezuelanos. Assim, ocorrem adesões à informalidade laboral, à execução de atividades que são consideradas proibidas e as ocorrências de conflitos entre estrangeiros e parcelas minoritárias da população brasileira, refratárias aos efeitos colaterais da crescente presença destes em suas regiões.

Assim sendo, atuando no interior de redes de relações pessoais, o imigrante, individualmente ou em um núcleo familiar, passou a ser enxergado como um intermediário racional que está em busca de seus objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora. Ou seja, o migrante passou a ser visto como agente motivador de seu capital social. Desse modo, as variáveis relacionais, frequentemente acomodadas em uma história narrativa, acabam se deslocando e disputam ou pelo menos completam a explicação dos fenômenos migratórios oferecida pela abordagem estruturalista.

Empregadas aos fenômenos migratórios é notório que as redes fornecem contextos sociais de referência aquele indivíduo que tem a necessidade de migrar,

tornando-se assim um dispositivo valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos. Tal modelo encontra-se em real oposição aos pressupostos tanto da teoria econômica neoclássica, segundo os quais as relações sociais produzem efeitos nulos ou marginais sobre o comportamento do indivíduo (indivíduo hipossocializado), como da teoria sociológica funcionalista, na qual, ao contrário, o indivíduo normativamente orientado (hipersocializado) encontra pouco espaço para uma ação autônoma. (TRUZZI, 2008)

TRUZZI (2008) cita Massey para definir o que são redes migratórias: “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (1988, p. 396). E continua dando outra definição, onde diz que acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos” (Kelly, 1995, p. 219).

Em matéria publicada pelo Agência Brasil (2019), migrantes enfrentam dificuldades para validar diplomas de escolaridade e formação profissional conquistados na Venezuela, o que acaba deixando o indivíduo sem alternativas e recorrem a procura de um emprego mais informal, sem qualquer relação com sua área de atuação. Na imagem a seguir, podemos ver a manchete, publicada em agosto de 2019:

Refugiados venezuelanos passam a trabalhar em outras funções por não conseguir emprego na área de formação

Em Pernambuco, migrantes enfrentam dificuldades para validar diplomas de escolaridade e formação profissional conquistados na Venezuela. Governo diz avaliar soluções para ajudá-los.

Por **Bianka Carvalho**, TV Globo
22/08/2019 12h55 - Atualizado há 3 meses



Figura 7: Manchete retirada do site G1. Acesso em 28/11/2019.

O discurso político é um dos maiores problemas ao se tratar da questão migratória no Brasil, principalmente levando em consideração a Venezuela, que possui em seu governo um viés mais socialista. Partindo disso, MILESI, COURY e ROVERY (2018, pg. 5) falam sobre a questão do governo em seu ausentar em certas decisões referentes ao que acontece com o migrante. Todo o esforço das autoridades locais para responsabilizar a União vem sendo acompanhado pelo uso de elementos xenófobos no discurso político, os quais se fazem notar de maneira expressiva em pronunciamentos oficiais diversos e que, de maneira bastante expressiva, permeia a argumentação na qual se baseia a ACO 3121⁹. A Ação parte da premissa de que não há dúvida que “a entrada descontrolada de venezuelanos pela fronteira Brasil/Venezuela tem causado enormes prejuízos à população deste que é o menor estado da Federação” (RORAIMA, 2018, p. 11).

MILESI, COURY e ROVERY continuam a falar sobre a questão política e mostram que existe uma clara intenção de responsabilizar exclusivamente os venezuelanos por diversos problemas observados em Roraima, muitos dos quais têm causas estruturais e já estavam presentes antes mesmo da atual conjuntura migratória. Ao fazê-lo, os políticos locais buscam isentar-se de suas responsabilidades pela precariedade dos serviços públicos, desviando a atenção das reais causas dos problemas e utilizando os imigrantes como bode expiatório. Essa estratégia é perceptível na ACO 3121, que pede o fechamento da fronteira baseando-se em elementos como o risco de “possíveis epidemias” e o “aumento da criminalidade”.

Desta maneira, os migrantes são representados como pessoas nocivas ao território nacional, aumentando as diferenças que existem entre o que é ser natural ou estrangeiro. Este mecanismo possibilita criar obstáculos mais cruéis às duras realidades enfrentadas pelos migrantes, muitas vezes negando-lhes acesso aos serviços básicos (saúde, educação, moradia) e impedindo-os de trabalhar e assim, poderem reconstruir suas vidas.

⁹ ACO3121: Argumenta a ré que, dentre os diversos pedidos feitos na inicial, pretende o Estado autor obter tutela antecipada para que “seja compelida a fechar temporariamente a fronteira Brasil-Venezuela a fim de impedir que o fluxo imigratório desordenado produza efeitos mais devastadores aos brasileiros e estrangeiros residentes no Estado de Roraima; ou que seja compelida a limitar o ingresso de refugiados venezuelanos a uma quantidade compatível com a capacidade do Estado Brasileiro de acolher e prover as necessidades básicas de tais estrangeiros, até que sejam minimizados e corrigidos os impactos sociais e econômicos decorrentes dos milhares de estrangeiros que estão no Estado de Roraima”.

A imigração, por si só, não deve ser vista como um problema, uma vez que traz inúmeros benefícios. Para além de ser um processo natural, que tende a aumentar com a globalização e o aumento do fluxo de capitais e mercadorias, a imigração cumpre um importante papel no mercado de trabalho interno, pois os imigrantes preenchem espaços vazios na cadeia produtiva nacional não ocupados por trabalhadores nacionais (MARTINE, 2005).

Igualmente, a imigração acaba fornecendo recursos humanos qualificados sem custos de educação e capacitação para o país, uma vez que estes foram despendidos pelo país de origem. Segundo Martine (2005), a imigração gera uma série de efeitos econômicos positivos, dentre os quais o alívio da escassez de mão-de-obra em setores essenciais nos quais os nativos não querem trabalhar. Ela também pode aumentar a produtividade e moderar a inflação, como ocorreu no setor tecnológico dos Estados Unidos na década de 1990, de modo que os imigrantes contribuem para melhorar a qualidade de vida e baratear seu custo no local de destino. Vale ressaltar que a migração aumenta a base de consumidores e de contribuintes, de forma que os gastos feitos pelos migrantes nos países de destino produzem efeitos que se estendem desde a economia até áreas como infraestrutura e social.

Por esse motivo que a imigração também apresenta inúmeros desafios aos países receptores, tais como pressão nos sistemas públicos, maior competição no mercado de trabalho e tensões que surgem devido às diferenças culturais, religiosas e linguísticas. No entanto o ponto de partida para a criação de políticas migratórias eficazes é precisamente a revalorização dos aspectos positivos da migração e a redução gradual dos seus efeitos negativos.

Portando, não há que se falar em crise migratória no que se refere ao fluxo de venezuelanos que ora se desloca para o Brasil. Mais que uma crise migratória, para Bauman, vivemos uma crise humanitária. Denotam isto os muros erguidos, as cercas de arame farpado, as caminhadas exaustivas, os naufrágios, as mortes, as crianças enjauladas e separadas da família, as pessoas que vivem em ruas e abrigos em condições desumanas e a discriminação e violência perpetradas contra indivíduos simplesmente por sua condição migratória. É preciso, portanto, cuidar do humano, ao invés de pensar políticas para afastá-lo (2017).

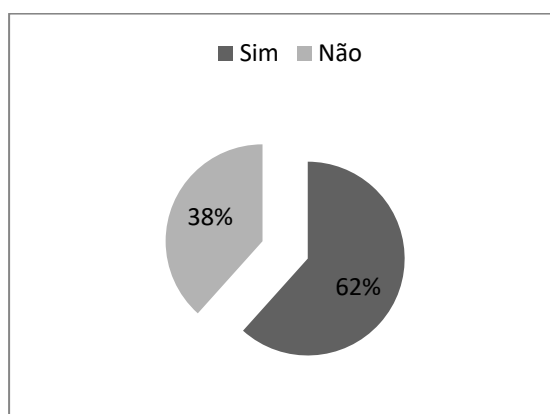
O migrante sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. No entanto, a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e espacial. O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente. Alguns fatores encorajam/ incentivam esse envolvimento, enquanto outros repelem qualquer tentativa ou interesse em fazê-lo. Mesmo que tenha essa vontade de fixar-se no lugar para que a migração se torne menos dolorosa, é perceptível que o sentimento de saudade do lugar de origem é latente. Em uma das perguntas do questionário esta questão foi abordada.

Sayad (2000) reitera que o ciclo indispensável da migração se fecha no retorno à terra natal, pois o retorno estabelece um princípio representativo que enumera a circularidade nas migrações. Isto posto, os sistemas empiristas de migração admitem como período essencial: o retorno, que a um só tempo fundamenta simbolicamente todo e qualquer deslocamento; e desempenha função estrutural na disposição desses sistemas, porque aquece o processo migratório.

Na visão de Sayad (2000), o sentimento do retorno é inerente ao migrante, uma vez que ele tem a sua partida já pensando na volta, o que acaba comprovando a afirmação de Martins (1986), de que o migrante não se sente em casa quando migra, e por mais demorada que seja esta sua migração, e por mais que não ocorra um retorno, o sentimento da volta, a nostalgia da terra natal estará sempre atrelada a ele.

Em verdade, a nostalgia não é o mal do retorno, pois, uma vez realizado, descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico). Se de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, nem reencontrar na mesma situação, os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou (SAYAD, 2000).

Gráfico 5: Pensam em voltar para a Venezuela.



Fonte: Dados coletados por questionários aplicados em mídia social.

A análise do gráfico possibilita entender como o migrante se relaciona com o seu território nacional, ou seja, ainda que (os entrevistados) tenham afirmado que estão vivendo em condições melhores no Brasil, existe um profundo sentimento de pertencimento com seu país, evidenciando que o retorno ao seu território seria inevitável caso os conflitos sejam superados.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas

(HAESBAERT, 2004, p. 19)

Tendo como base esse gráfico compreende-se que o sentimento de volta é muito forte nos entrevistados. MARTINS (1986) aponta que a migração temporária cíclica separa membros da família, enquanto alguns permanecem, outros migram, para regiões mais distantes, em busca de emprego, de salário, de ganhos necessários a sobrevivência da família.

Na migração, a unidade e a conformidade entre as situações da vida e os significados entendidos e atribuídos ao longo de sua experiência - de indivíduos e grupos sociais - devem-se àquilo que Sayad (2000) chamou de “retorno”, o elemento constitutivo da condição do migrante. Contudo, Sayad mostra que o retorno origina um

paradoxo característico à constituição do fenômeno migratório, pois a noção mesma de retorno “está intrinsecamente circunscrita à denominação e à ideia de emigração e imigração. Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures” (2000, p. 11).

Uma pessoa que está ausente do seu país de origem e presente em outra região retrata mais do que apenas um deslocamento, pois, de fato, o que se exerce é a transformação de um evento vital em um significado particular na estrutura social na qual se insere a pessoa ou grupo familiar - alterações sociais profundas ocorrem tanto na origem como no destino.

Assim, os migrantes são representados como pessoas nocivas ao território nacional, aumentando as diferenças que existem entre o que é ser natural ou estrangeiro. Este mecanismo possibilita criar obstáculos mais cruéis às duras realidades enfrentadas pelos migrantes, muitas vezes negando-lhes acesso aos serviços básicos (saúde, educação, moradia) e impedindo-os de trabalhar e assim, poderem reconstruir suas vidas.

Assim, seria importante que as políticas migratórias dos Estados refletissem sobre o processo de integração dos migrantes à sociedade, de forma a garantir-lhes o direito ao uso do território de forma a valorizar sua cultura e possibilitar que a individualidade do migrante possa ser preservada ao celebrar o que estes consideram típico de seu território, afinal em tempos de mundo globalizado conceitos como multiculturalismos, direitos humanos e legislação trabalhistas unificados, respeito às diferenças culturais e as territorialidades deveriam ser considerados (POVOA-NETO, 2008)

Estes elementos, ao contrário do que afirmam os discursos conservadores, não implicam em perda da soberania do Estado, mas sim na garantia de direitos humanos plenos a todos àqueles que de alguma forma são forçados a se deslocar pelo mundo, assegurando o direito a diversidade e a pluralidade cultural. Assim, os esforços realizados pelas organizações de acolhimento ao migrante em terras brasileiras buscam legitimar os direitos resguardados pela nova Lei do Migrante e possibilitar que, neste processo de interiorização, perspectivas mais humanas e solidárias lhes sejam apresentadas incluindo o acesso ao trabalho.

Segundo a ONU (2007) existem mais brasileiros no exterior (em torno de 3 milhões) do que estrangeiros no Brasil (em torno de 1 milhão), no entanto, a migração de venezuelanos para o Brasil ganhou grande destaque nas mídias aumentando a proporção real de entrada destes no país e causando muitos conflitos com a população local. O fato é que ao pensar sobre a fluidez do mundo contemporâneo não se pode esquecer que a mobilidade, a desterritorialização e os processos de preconceitos e xenofobia vão acontecer a todos migrantes, por isto a luta pelo respeito ao multiculturalismo e a multiterritorialidade deve ser feito de forma ampla e por todos os Estados Nacionais.

3. AS LEIS MIGRATÓRIAS

Os movimentos migratórios aumentaram muitos nos últimos anos e com isso, o tratamento para com o migrante também precisou sofrer algumas alterações. Nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, podemos observar grandes transformações no que diz respeito à políticas migratórias no Brasil e também em escala internacional.

Até pouco tempo no Brasil, a migração era ordenada por leis que foram instituídas no período militar, onde o imigrante era visto como uma ameaça aos indivíduos que pertenciam legitimamente àquele país, predominando o prisma da segurança nacional, que deveria manter de fora das nossas fronteiras àqueles que poderiam causar algum tipo de desordem. Não se pode olvidar que à época que o Estatuto foi concebido, a prioridade consagrada na legislação priorizava a segurança nacional, os interesses socioeconômicos do Brasil e o trabalhador nacional. O termo estrangeiro adotado pela norma citada indicava a existência de um indivíduo que “é natural de outro país; que não faz parte de uma família, de um grupo”.

(GUERRA, 2017, p.96)

No entanto com o crescente número de brasileiros se deslocando para outros países nas décadas de 80 e 90 a questão migratória voltou a ser palco de grandes debates. Por outro lado, trabalhadores latinos (vindos, sobretudo da Bolívia e do Paraguai) começaram a adentrar o território brasileiro em busca de opções melhores de renda do que obtinham em seus países. Após a década de 2000 novos grupos foram se somando a estes em terras brasileiras (vindos da Angola, Nigéria, Senegal, República Democrática do Congo e mais recentemente do Haiti), muitos destes migrantes vindos de países com sérios problemas, políticos ou ambientais sendo estes reconhecidos como refugiados. Com este novo cenário o Brasil precisa repensar suas leis tanto no que se refere à acolhida dos migrantes quanto aos direitos dos trabalhadores brasileiros em terras estrangeiras.

O Brasil é, portanto, um país que foi constituído e desenvolvido pela mão-de-obra migrante, o que demonstra a importância dos movimentos transnacionais para o país. Como um mecanismo de não repetição, a história nos alerta sobre a seletividade a respeito dos processos migratórios, que divide os fluxos migratórios entre desejáveis e indesejáveis a depender de sua origem ou da cor da pele dos migrantes.

Tabela 8: Imigrantes no Brasil entre 1870-1953.

Nacionalidade	Número
Italianos	1.565.835
Portugueses	1.470.687
Espanhóis	644.469
Alemães	210.825
Japoneses	190.282
Russos	118.624

Fonte: Toda Matéria (2019)

Segundo OLIVEIRA, 2017 a questão migratória do e para o Brasil precisou ser tratada de duas formas: primeiramente buscou-se regularizar os estrangeiros que viviam há um determinado tempo no país, no entanto, esta atitude não resolveu problemas essenciais obtendo uma política de migração clara com eixos de cooperação internacional. E ainda, os assuntos relativos a livre circulação de trabalhadores do MERCOSUL, acabou produzindo documentos normativos que não enfrentavam as questões migratórias com a profundidade necessária. Assim, a aparente “não política migratória” seria a manutenção, em grande escala, das práticas que foram herdadas do regime de exceção (OLIVEIRA, 2017,172). No que diz respeito a direitos humanos, ROSSANA REIS (2004, 151) destaca que:

“No âmbito geral dos direitos humanos, apesar de suas limitações, as convenções relativas aos refugiados e apátridas representam um ponto de inflexão no direito internacional, pois pela primeira vez é reconhecida a existência do indivíduo no cenário internacional. Lentamente, direitos individuais universais independentes do Estado vão sendo reconhecidos, numa tendência que vinha se acentuando desde o fim da Segunda Guerra Mundial.”

É importante ressaltar que a partir desses debates em torno das leis migratórias, o Brasil era impulsionado e pressionado na direção dos avanços necessários, o que levaria a conflitos de posições e ideologias.

Há alguns anos atrás o Estatuto do Estrangeiro tinha uma perspectiva que visava à segurança nacional e mostrava uma imagem do migrante como potencial ameaça aos interesses do país. A nova lei tem muitas mudanças, estabelecendo novos princípios que visa o combate à discriminação, homofobia e tem como ponto principal a igualdade de direitos. Além disso, trata da proteção de pessoas que vivem no exterior, através de uma cooperação jurídica entre países. Também determina que haja um visto temporário para que o migrante que não se enquadre na lei do refugio possa receber alguma ajuda. GUERRA, (2017,p.98) apresenta as principais conquistas no que se refere ao novo

Estatuto do Migrante, afirmando que esta o trata como sujeito e lhe garante uma série de direitos que devem ser respeitos em todo território nacional, são eles:

...a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional; direito à reunião familiar do imigrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos; direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; direito de reunião para fins pacíficos; direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; amplo acesso à Justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovam insuficiência de recursos; direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento; direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do imigrante, direito à abertura de conta bancária; direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em residência, e direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.

(GUERRA, 2017, 98)

No Brasil já era comum instituições e leis que abordavam a questão migratória. A *Lei n° 13.445/2017*¹⁰ (BRASIL, 2017), que institui a Lei de Migração, é vista como uma das mais modernas no mundo no que se refere à garantia de Direitos Humanos dos migrantes. Substituiu a *Lei n° 6.815*¹¹, de 19 de agosto de 1980 (BRASIL, 1980), mais conhecida como Estatuto do Estrangeiro, que tinha como base uma forte concepção de segurança nacional e enxergava o imigrante como uma ameaça a esta. A Lei de Migração corrente já não entende mais o imigrante como uma ameaça, mas como indivíduo de direitos iguais como qualquer cidadão nacional, em conciliação com os princípios inscritos na Constituição Federal de 1988.

A Lei de Migração concedeu aos imigrantes uma série de benefícios que até o momento eram conferidas apenas aos nacionais e também regulou a admissão de diversos Direitos Universais previstos na Constituição. Esta lei prevê, entre outros, um

¹⁰ Esta Lei dispõe sobre os direitos e o dever do migrante e do visitante e regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

¹¹ Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais. Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

processo simplificado de regularização migratória; acesso a serviços públicos de assistência social, saúde e previdência; não criminalização ou discriminação por razões migratórias; acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita, quando comprovada hipossuficiência; direito à educação; e liberdade de ir e vir (GUERRA, 2017).

A migração de venezuelanos ocorre ao mesmo tempo à divulgação e à regulamentação da referida Lei de Migração. Portanto, em certa relevância, esta experiência empírica influenciou e ajudou na construção de um aparato legislativo sólido e eficaz para o acolhimento de imigrantes de forma segura, ordenada e regular. Ainda dentro do ambiente legislativo, o Brasil corroborou as principais convenções sobre o tema migratório, como as relativas ao Estatuto do Refugiado, à Convenção dos Trabalhadores Migrantes, ao Estatuto do Apátrida e à Convenção para a Redução dos Casos de Apátridia. Além disso, é signatário de inúmeros acordos bilaterais que dispõem sobre o tema. Acordos esses tratados de uma maneira internacional que têm um viés garantista e, cumpre ressaltar, qualquer resposta do Estado brasileiro deverá levá-los em consideração.

A política de imigração no Brasil é organizada por quatro ministérios, dos quais o Ministério do Trabalho e Emprego, o das Relações Exteriores, o da Justiça e o da Segurança Pública, por meio da Polícia Federal. O Ministério do Trabalho e Emprego tem como principais atribuições à concessão de autorizações de trabalho, opinar sobre prorrogação de vistos temporários, a fiscalização do trabalho do estrangeiro e o apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Imigração.

No que concerne às instituições governantes que se dedicam ao tema, destaca-se, antes de tudo, o Conselho Nacional da Imigração (CNIg) – constituído por diversos Ministérios e associações de patrões e trabalhadores –, o qual discute a migração laboral e é responsável por formular a política de imigração. Já o Observatório das Migrações Internacionais – uma Parceria entre o CNIg, a Universidade de Brasília e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – analisa dados e produz relatórios anuais e trimestrais sobre o assunto. Além destes, é importante destacar o Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, responsável por decidir e revisar todas as solicitações de refúgio no Brasil, bem como por definir a política brasileira de refúgio. Na esfera

estadual, há também comitês de atenção a migrantes refugiados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas.

O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil tem uma natureza precária, emergencial e localizado em um estado sem estrutura para receber um grande fluxo migratório. As políticas públicas existentes são demasiadamente falhas para lidar com todas essas questões ao mesmo tempo e, então, algumas estratégias criadas pelo Governo Federal foram traçadas tomando por base essas premissas iniciais.

Sendo Roraima um estado pequeno, sem condições de suportar todo o fluxo migratório e tendo a política de imigração lançado bases nacionais sobre o tema, o governo brasileiro federalizou a questão, por meio da *Medida Provisória n° 820*¹², que posteriormente foi convertida na *Lei n° 13.684*¹³, de 21 de junho de 2018). Assim, ficaram estabelecidas medidas de assistência emergencial para o acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Foi então reconhecida à situação de vulnerabilidade do Estado de Roraima, tendo em vista o fluxo migratório proveniente da Venezuela.

Para discutir e preparar medidas de assistência emergencial foi instituído o Comitê Federal de Assistência Emergencial, regulamentado pelo *Decreto n° 9.286*¹⁴, de 15 de fevereiro de 2018, e constituído pela Casa Civil, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e por dez Ministérios, além de contar com a participação de organismos internacionais e fazer um diálogo com a sociedade civil. Os Ministérios envolvidos articularam, priorizaram e desenvolveram ações específicas para a região, além de incrementar os repassasses para ela.

A integração de todos os órgãos acima citados veio dar resposta à já mencionada fragmentação da política migratória nacional e à demanda por interlocução entre os atores necessários para a consecução de uma política eficaz. Ademais, tendo em vista a complexidade das questões que envolvem a integração efetiva do imigrante na

¹² Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

¹³ Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências.

¹⁴ Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

sociedade de destino, foram envolvidas inúmeras outras pastas para além das que participam diretamente da política migratória.

O plano operacional para assistência emergencial aos imigrantes traçados foi, então, estruturado em três frentes. Primeiramente, tendo em vista que uma migração ordenada e regular é também mais segura, foi feito o ordenamento de fronteira. O objetivo deste é recepcionar, orientar, regularizar a situação do imigrante e documentá-lo, o que é feito por meio de atendimento em um posto de recepção e identificação e em um posto de triagem que ficam na fronteira do Brasil com a Venezuela, na cidade de Pacaraima.

A segunda frente do plano operacional é o que cerne aos abrigos. Como parte desse fluxo é economicamente vulnerável – não tem condições de sair de Roraima – e, por isso, acabava em situação de rua em Boa Vista, imigrantes que não possuem recursos para custear uma moradia digna têm direito a serem abrigados. Com efeito, relatório do Ministério dos Direitos Humanos e da Organização Internacional para as Migrações demonstra que 67% dos migrantes venezuelanos deixaram seu país por razões econômicas e laborais e 22% por falta de acesso a alimentos e serviços médicos. Assim, os abrigos foram uma medida necessária para que a situação de vulnerabilidade dessas pessoas não se agravasse.

Foram, então, estruturados 11 abrigos em Boa Vista e 2 em Pacaraima. Juntos, eles têm capacidade para abrigar cerca de 6.000 pessoas. A sua gestão é feita pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, e pelo ACNUR. Os abrigos proveem três refeições ao dia, kits de higiene, aulas de português, atividades recreativas, segurança e telefone para comunicação com familiares na Venezuela.

A construção de abrigos é uma estratégia incapaz de acompanhar o fluxo de imigrantes venezuelanos, pois este é contínuo. Haja vista que o mercado de trabalho no estado de Roraima apresenta sinais claros de saturação, as chances de inclusão social diminuem e as vulnerabilidades aumentam. Outra estratégia do plano operacional desenvolvido pelo Brasil é a interiorização, que consiste na transferência dos imigrantes que assim desejarem a outros estados brasileiros. O objetivo é diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima, e, ao mesmo tempo, oferecer maior oportunidade de inserção socioeconômica aos imigrantes venezuelanos.

Tabela 9: Número de imigrantes abrigados na capital Boa Vista.

Abrigo	Número de abrigados
Jardim Floresta	640
Pintolândia	635
Janokoida	512
Santa Teresa	496
Latife Salomão	439
Nova Canaã	356
Tancredo Neves	313
São Vicente	310
Hélio Campos	279

Fonte: Casa Civil

O Estatuto do Estrangeiro era muito incisivo e não dava suporte para o migrante, muitas vezes determinava que o estrangeiro tinha que sair do Brasil e aguardar a emissão do visto no país de onde vinha – o que geralmente não acontecia. O antigo Estatuto também proibia que os imigrantes participassem de qualquer decisão ou atividade política. A nova lei extinguiu essa proibição, dando total direito do imigrante de associar-se à reuniões e assembleias de cunho político, e até mesmo sindicatos.

Um dos avanços mais empolgantes na nova lei do migrante é a concessão de visto humanitário para os migrantes que estão passando por situações emergenciais de deslocamentos sejam estas motivadas por desastres ambientais ou conflitos socioeconômicos. Este visto adianta o processo de entrada e a garantia de direitos – incluindo de trabalhar – em terras brasileiras, no entanto, embora esta seja uma ação de acolhida positiva ainda não cria uma política migratória com bases sólidas para receber a população com uma situação de vulnerabilidade forte.

O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.

(BRASIL, 2017, cp. 2. Art.14, § 3º)

A aprovação de uma nova Lei do Migrante que garante direitos e uma condição de vida mais digna no país é um avanço considerando que a política conservadora brasileira tem se mostrado muito forte. Então, faz-se essencial que mecanismos sejam criados para que esta seja realizada em todos seus aspectos e realmente os direitos dos migrantes sejam preservados.

A nova lei vem tratando de direitos e deveres do migrante e do visitante no Brasil. Ela regula a entrada e a permanência de estrangeiros, estabelece normas de proteção ao brasileiro no exterior. E visa estabelecer alterações na nomenclatura do não nacional, substituindo a figura do estrangeiro para a do migrante, como se depreende da leitura do artigo 1º:

Artigo 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I. (VETADO);
- II. imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;
- III. emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;
- IV. residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;
- V. visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;
- VI. apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

Diferentemente do Estatuto do Estrangeiro, a nova Lei de Migração trata o imigrante como um sujeito de direitos e garante em todo o território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, uma série de direitos que anteriormente não eram concebidos, a saber: a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Delibera direito e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional. Dá ao migrante o direito à reunião familiar do imigrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos, direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observadas a legislação aplicável; direito de reunião para fins pacíficos; direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação

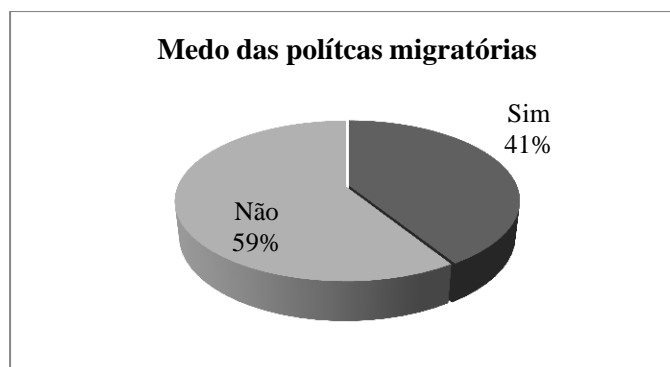
em razão da nacionalidade e da condição migratória, direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do imigrante, nos termos da *Lei nº 12.527*¹⁵, que diz que o migrante tem direito a abertura de conta bancária; direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em residência; e direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.

Direitos humanos são aqueles inerentes a toda pessoa humana simplesmente pela condição de ser pessoa, de existir. Tais direitos diferenciam-se dos chamados direitos fundamentais à medida que aqueles são princípios jurídicos, vetores axiológicos que guardam relação com documentos na esfera internacional, os quais reconhecem o ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional.

(BATISTA, Simone ; BONINI, Luci Mendes de Melo, 2017)

Assim, esta lei se apresenta como um avanço no que se refere às políticas migratórias realizadas nos Estados capitalistas atualmente, o que possibilitou que os migrantes venezuelanos que para o Brasil vieram se sentissem confortáveis quanto à nova legislação. O gráfico abaixo apresenta a reação do migrante quanto a nova lei.

Gráfico 6: Medo das políticas migratórias.



Fonte: Dados coletados por questionários aplicados em mídia social. Junho, 2019.

Um das estratégias utilizadas pelo Estado Brasileiro em conjunto com instituições preocupadas pelas migrações foi a interiorização dos imigrantes

¹⁵ Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

venezuelanos para outros estados do Brasil com o objetivo de oferecer oportunidades de inserção socioeconômica, além de diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima. A assessora para Assuntos sobre Refugiados do MMFDH, Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos explica que: “Nesse novo método, a proposta é viabilizar a acolhida de imigrantes em todo o Brasil com base em laços sociais de amizade. Por exemplo, um imigrante que já foi interiorizado indicando para o outro” (GOV.BR, 2019).

As principais etapas da interiorização são as seguintes:

- a) Definição dos estados e municípios potenciais receptores. Em uma primeira articulação os estados de PR, SP, RJ e AM apresentaram interesse – Responsável: CC¹⁶, MDS¹⁷, MJ¹⁸, ACNUR;
- b) Cadastramento dos imigrantes para avaliação do perfil e disponibilidade de interiorização – Responsável: MDS, MJ, ACNUR;
- c) Articulação com autoridades dos estados e municípios definidos, e articulação com entidades de apoio – Responsável: GOVERNO FEDERAL, ACNUR, OIM¹⁹;
- d) Operacionalização da Estratégia – Responsável: MJ, CC, MDS, PF, MS, Mte²⁰, MD ACNUR, OIM, UNFPA²¹ Seleção Exame de saúde Verificação documental Deslocamento Recepção e abrigo na cidade de destino Acompanhamento pós interiorização.

¹⁶ Casa Civil.

¹⁷ Ministério do Desenvolvimento Social.

¹⁸ Ministério da Justiça e Segurança Pública.

¹⁹ Organização Internacional de Migração.

²⁰ Ministério do Trabalho.

²¹ Fundo de População das Nações Unidas.

Tabela 10: Migrantes venezuelanos interiorizados

Estado	Número de interiorizados
Amazonas	503
Bahia	75
Distrito Federal	267
Goiás	21
Mato Grosso	190
Mato Grosso do Sul	248
Minas Gerais	75
Paraíba	244
Paraná	545
Pernambuco	268
Rio de Janeiro	283
Rio Grande do Norte	102
Rio Grande do Sul	918
Rondônia	117
Santa Catarina	482
São Paulo	877
Sergipe	35

Fonte: Operação Acolhida (2019)

Esse processo de interiorização garante aos venezuelanos direitos básicos para a sobrevivência. O transporte desses migrantes para outros estados do Brasil teve como necessidade a diminuição da superlotação dos serviços públicos de Roraima, além de oferecer a essas pessoas novas oportunidades de emprego. Novas políticas públicas, incluindo a educação, saúde e trabalho devem ser incluídos nesse contexto, para que o migrante se sinta acolhido e parte do sistema.

A mobilidade implica numa “perda de território”, em decisões que precisam de deslocamento, que implica perdas de amigos, de relações, de “lugares” etc. De outra forma, entender esse processo de migração e da desterritorialização, nos permite demonstrar e problematizar como se deram e se dão as relações de re-territorialização no novo lugar, no país de acolhida, das novas relações e tudo que envolve essa nova experiência. Assim, os processos de migração e desre-territorialização se sobrepõem na análise, na tentativa de compreender as relações socioespaciais de deslocamento e dos significados da mudança, da mudança que sempre implica nova mediação pelo e no espaço compreendendo, a produção/destruição/reconstrução de territórios na mobilidade. Esse processo de des-re-territorialização é uma condição do ser imigrante, uma condição paradoxal, uma condição de “destruição” e de “reconstrução”, reinvenção de territórios e de territorialidades na/da mobilidade espacial.

(...) mudar de espaço – deslocar-se no espaço, que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é, por definição, um “espaço nostálgico”, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade. O espaço não é, portanto, esse espaço abstrato, contínuo e homogêneo dos matemáticos, esse conjunto de lugares indiferentes e intercambiáveis entre os quais se pode ir e vir em espírito, e com toda a liberdade, como o postula a geometria. Se existe uma nostalgia agarrada ao espaço, e se este é no fundo de si mesmo um lugar de nostalgia, como se experimenta em todos os deslocamentos, é porque se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto. (SAYAD, 2000)

Neste cenário, o objetivo constitui-se em explorar a relação entre os processos de migração e des-re-territorialização, especialmente a partir da partida, do “abandono de território”, junto aos inúmeras motivos que se explicam através das falas dos migrantes. Esses processos podem ser verificados e identificados quando migrantes entrevistados explicam os motivos pelos quais os venezuelanos tiveram que deixar o seu país. A migração, então, permite demonstrar e problematizar a desterritorialização (a perda do território) e a reterritorialização (a reconstrução do território).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações foram internalizadas no imaginário da sociedade brasileira de duas formas: como um país de emigração devido a grande saída de brasileiros para outros países e de imigração, fato observado através da entrada de muitos imigrantes em território nacional. Contudo, apesar dos fatos discorridos ao longo do trabalho, muitos brasileiros não compreendem que estes movimentos fazem parte de uma engrenagem maior que induz às migrações e acabam desenvolvendo sentimentos e situações preconceituosas - como o caso estudado em relação aos migrantes venezuelanos.

Ficou nítido que os venezuelanos ainda estão tendo que se adaptar e encarar algumas dificuldades, que vão desde problemas na obtenção do visto até a validação de seus diplomas, o que acaba dificultando a busca por empregos. Mesmo com todas as mazelas encontradas aqui, os migrantes veem no Brasil uma forma de terem uma melhor condição de vida, tanto para si quanto para seus familiares. Os migrantes entendem que a Venezuela passa por um momento delicado – questões políticas, econômicas e sociais e que a permanência aqui no país se faz necessária.

Segundo HAESBAERT (2004), muitos grupos sociais podem estar desterritorializados sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando que vivam uma precarização de vida e negação de sua expressão simbólico-cultural. A desterritorialização contemporânea aparece na perspectiva de um conjunto discursivo, com os territórios- -rede e os aglomerados de exclusão. Os territórios-rede se configuram como descontínuos, dinâmicos, móveis e suscetíveis a sobreposições e que, na lógica do desenraizamento, sobrepõe os territórios-zona, mais tradicionais e associados à continuidade/contiguidade espacial de áreas e fronteiras demarcadas e com grupos enraizados. (HAESBAERT, 2004).

A mobilidade imposta aos migrantes para movimentar as engrenagens do capital, sendo estas motivadas ou não por questões de trabalho, nega-lhes o direito a uma vida onde os vínculos territoriais possam ser valorizados, onde muitas vezes, as políticas migratórias, discutem processos de assimilação e não de integração do migrante. Entendendo assim, que o migrante é uma presença provisória e não deve alterar a paisagem original do território de acolhida. No entanto, ao migrante, que teve de romper com seus laços originais a formação de novas territorialidades é essencial para sua

sobrevivência. Sayad (2000, p. 13) lembra da importância da noção de pertencimento nacional, que se faz:

"ao tempo, ao espaço, ao grupo, os principais quadros que estruturam a vida social e mesmo toda vida social e mesmo toda existência individual – existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) – sempre está em causa um pertencimento nacional, um pertencimento nacionalmente definido: o pertencimento a cada um a seu tempo é um pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o pertencimento ao grupo dos nacionais é um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns."

A administração do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil tem representado um grande obstáculo, especialmente para o estado de Roraima, mas com perceptíveis e difíceis reflexos mais amplos para o país. Afinal a mobilização da sociedade e organismos internacionais, que tendem a gerar uma resposta a este desafio requer, necessariamente, a conexão dos entes públicos em diversos níveis, especificamente com a ajuda entre União, estado e municípios, de maneira que cada um cumpra com o correspondente papel e responsabilidade, o que não tem sido constatado até o momento.

Com a nova lei de migração, ainda que o propósito seja acolher o máximo possível de venezuelanos, a capacidade institucional de resposta das autoridades não mudou. Ainda não está clara qual será a capacidade real de resposta das autoridades brasileiras em relação ao assunto, uma série de desafios vem à tona no sentido de como integrar os migrantes à sociedade brasileira de forma satisfatória.

Neste quadro, tem-se observado em Roraima um crescimento de expressões populares de discriminação e violência contra os imigrantes. De um lado, como se demonstrou, essas manifestações têm sido estimuladas por lideranças políticas locais, para quem a xenofobia pode representar uma forma de alienar a população em relação às causas estruturais dos diversos problemas que enfrentam os roraimenses. No contexto atual, a grande mobilização humanitária da situação tem despertado a solidariedade de muitas pessoas que têm se entusiasmado, pessoal ou institucionalmente, para ajudar e acolher os migrantes venezuelanos.

MILESI, COURY e ROVERY entendem que com todas as ressalvas quanto aos desafios que um fluxo imigratório carrega consigo, entende-se que não há que se falar em uma crise migratória no Brasil. Há uma crise política, econômica e social na

Venezuela, que acarreta em grande emigração. Existe, ainda, uma crise de atendimento nos serviços públicos do estado de Roraima decorrente da alta entrada de imigrantes no estado. No entanto, seja em uma análise quantitativa, estatística ou histórica, não há argumentos racionais que embasem a afirmação de que o Brasil passa por uma crise migratória, e falar em crise migratória é danoso em diversos sentidos, pois, em certa monta, tira o foco do problema real, justifica uma impossibilidade de dar respostas eficazes e, assim, retira do debate estratégias para melhor acolher. A crise existe mais sob o ponto de vista humanitário do que migratório.

Entende-se que a migração realiza importantes papéis nas sociedades tanto exportadoras quanto receptoras. Em uma análise global, os benefícios da imigração acabam traduzindo um desenvolvimento benéfico para ambos. Acaba trazendo consigo diversos desafios para os países receptores, tais como pressão nos sistemas públicos, maior competição no mercado de trabalho e tensões culturais. Contudo, o ponto de partida para a criação de políticas migratórias eficazes é precisamente a revalorização dos aspectos positivos da migração e a redução gradual dos seus efeitos negativos. Assim constrói-se uma política de pontes, e não de muros.

Estudar a migração dos venezuelanos para o Brasil ajuda a entender os processos de territorialidade, reterritorialização, redes e as políticas públicas envolvendo a migração do povo venezuelano pra cá.

Ainda tem muitas questões a serem estudadas e pesquisadas, já que a migração venezuelana é um assunto recente e requer uma maior atenção devido à crise humanitária enfrentada pelo país. Seria interessante futuramente acompanhar como anda a crise e como anda também a adaptação dessa gama de migrantes no Brasil, através da interiorização. Por estar longe do fim, teríamos muito assuntos para tratar e entender o desenrolar da situação da Venezuela e de seu povo, assim como dos migrantes que deixaram o país em busca de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Interiorização de venezuelanos ultrapassa marca de 4.700 pessoas beneficiadas.** Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/2019/02/15/interiorizacao-de-venezuelanos-ultrapassa-marca-de-4-700-pessoas-beneficiadas/> Acesso em 24 de março de 2004.

AGÊNCIA BRASIL. **Refugiados tem dificuldade para revalidar diploma no Brasil, diz ACNUR.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/refugiados-tem-dificuldade-para-revalidar-diploma-no-brasil-diz>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

_____. **Processo de interiorização de venezuelanos ajuda na garantia de direitos.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-12/processo-interiorizacao-de-venezuelanos-ajuda-na-garantia-de>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

BBC. **ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo.** Publicado em: 25 de ago. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45307311>> Acesso em 23 de março de 2019

_____. **Quais são os países com as maiores reservas de petróleo e por que isso não é sempre um sinal de riqueza.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47795371>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

_____. **Brasil recebe apenas 2% dos 2,3 milhões de venezuelanos expulsos pela crise.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45251779>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

BRASIL, 2017, cp. 2. Art.14, § 3º

BOERSNER, Demetrio. **Incidencia internacional de la política exterior venezolana .** Nueva Economía, vol. 17, no29, 2009. Texto disponível em: <http://www.juanxxiii.e12.ve/juan/wp-content/uploads/2010/09/Incidencia-Internacional-de-laPolítica.pdf>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Brasil recebe cerca de 600 migrantes venezuelanos por dia; audiência pública discute direitos humanos para quem busca abrigo no país.** Publicado em: 19 de set. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/brasil-recebe-cerca-de-600-migrantes-venezuelanos-por-dia-audiencia-publica-discute-direitos-humanos-para-quem-busca-abrigo-no-pais>> Acesso em 23 de março de 2019

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **O rentismo petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)**. Campinas: Unicamp, 2015.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **Transformar o gigante num pigmeu: as desventuras do projeto neoliberal na Venezuela (1989-1998)**. Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 137-157, dez. 2010.

CONECTAS. **São Paulo recebe primeiro grupo de venezuelanos vindos de Roraima**. Publicado em: 05 abr. 2018. Disponível em: <www.conectas.org/noticias/sao-paulo-recebe-venezuelanos>. Acesso em 20 de março de 2019

DESTAK. **Além da fome, venezuelanos enfrentam xenofobia**. Disponível em: <https://www.destakjournal.com.br/mundo/detalhe/alem-da-fome-venezuelanos-enfrentam-xenofobia>. Acesso em 28 de novembro de 2019

DIARIO ALTO VERDE. Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o Brasil, diz Exército. Disponível em: <https://www.diarioav.com.br/apos-ataques-de-brasileiros-12-mil-venezuelanos-deixaram-o-brasil-diz-exercito/>. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

ECODEBATE. **O colapso da Venezuela e a maldição do petróleo**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/07/18/o-colapso-da-venezuela-e-a-maldicao-do-petroleo-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

FERREIRA, Carla Cecília Campos. **A classe trabalhadora no processo bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petróleo-rentista (1989/2010)**. Carla Cecilia Campos Ferreira. 2012.

G1. **Preço do petróleo Brent se estabiliza ao redor de US\$ 64 com foco na retomada de produção saudita**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/23/preco-do-petroleo-brent-se-estabiliza-ao-redor-de-us-64-com-foco-na-retomada-de-producao-saudita.ghtml>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

_____. **Brasil recebeu cerca de 59 mil solicitações de refúgio em 2019**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/18/brasil-recebeu-cerca-de-59-mil-solicitacoes-de-refugio-em-2019.ghtml>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

_____. **Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

_____. **Refugiados venezuelanos passam a trabalhar em outras funções por não conseguir emprego na área de formação.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/08/22/refugiados-venezuelanos-passam-a-trabalhar-em-outras-funcoes-por-nao-conseguir-emprego-na-area-de-formacao.ghtml>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

_____. **Ocupações crescem e mais de 1,3 mil venezuelanos vivem em prédios abandonados em Roraima.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/06/28/ocupacoes-crescem-e-mais-de-13-mil-venezuelanos-vivem-em-predios-abandonados-em-roraima.ghtml>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GAZETA DO POVO. **Cinco gráficos que explicam a crise na Venezuela.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/cinco-graficos-que-explicam-a-crise-da-venezuela-20k14seeg7h03hs2pg7pi52ad/>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

GOVERNO FEDERAL. Governo Federal inicia nova fase da Operação Acolhida para acelerar interiorização de venezuelanos. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/61414-governo-federal-lanca-nova-fase-da-operacao-acolhida-para-acelerar-interiorizacao-de-venezuelanos>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

GUERRA, Sidney. **A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E MELHORIAS NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS** IN: Revista de Direito da Cidade, vol. 09, no 4. ISSN 2317-7721 pp. 1717-1737

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005a, pp. 6774-6792.

_____. **Migração e Desterritorialização.** In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios.* Rio de Janeiro: Revan, 2005b, pp. 35-46.

ISTO É. Criança venezuelana e seus pais sofrem atentado em Roraima. Disponível em: <https://istoe.com.br/crianca-venezuelana-e-seus-pais-sofrem-atentado-em-roraima/>.

Acesso em 28 de novembro de 2019.

MARINUCCI Roberto. **Criminalização das migrações e dos migrantes** In: *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 7-10, jul./dez. 2015

_____. **Paradigmas de políticas migratórias e o Brasil.** Brasília: CSEM, maio de 2012.

MARTINE, G. **A globalização inacabada — migrações internacionais e pobreza no século XXI.** In: SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes. (Org.) *Travessias na desordem global.* Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

MARTINS, José de Souza: **O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil.** Quito : Centro de inv. Ciudad, 1990.

MELCHIOR, Lirian. **REDES SOCIAIS E MIGRAÇÕES LABORAIS: MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES. A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão.** Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96734/melchior_1_dr_prud.pdf?sequence=1. Acesso em 28 de novembro de 2019.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. **Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual.** 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/83376/49791>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Brasil registra queda da criminalidade no primeiro semestre de 2019.** Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1571059445.0>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

O GLOBO. **Bolsonaro quer criar campos de refugiados para venezuelanos.** Disponível em: oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-quer-criar-campos-de-refugiados-para-venezuelanos-23009362 – acesso em 23 de março de 2019

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro De. **Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças.** *Rev. bras. estud. popul.* vol.34 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2017

O TEMPO. **Venezuelanos são vítimas de xenofobia em Roraima.** Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/venezuelanos-s%C3%A3o-v%C3%ADtimas-de-xenofobia-em-roraima-1.1572431>. Acesso em: 28 de junho de 2019

PERIARD, Thiago; LOSEKANN, Luciano. **Petróleo, doença holandesa e dependência da renda petrolífera**. Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

PORTAL ANDES. Venezuelanos enfrentam fome e xenofobia em Roraima. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9410>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

PÓVOA-NETO, Hélio **O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos "direitos à mobilidade**. In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Ano XVI - Número 31 - 2008

_____, **A criminalização das migrações na nova ordem internacional** In: POVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (org). *Cruzando Fronteiras Disciplinares*. Rio de Janeiro: Revan, 2005

REIS, Tiago. **Preço do petróleo: como varia essa commodity no mercado internacional**. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/preco-do-petroleo/> . Acesso em 24 de março de 2019.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais**. Rev. Bras. Ci. Soc. [Online], 2004, vol.19, n.55, pp.149-163

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. Estud. av. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug. 2006

RORAIMA (Estado). Procuradoria Geral do Estado. **Ação Civil Originária de 12 de abril de 2018. Pedido de Tutela Provisória. ACO 3121**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5437155>>

SANTOS, Fernanda Naomi Zaphiro; VASCONCELOS, Thamires Marques. **Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática**. Disponível em: <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465525214_ARQUIVO_VenezuelanosnoBrasil-dacriseeconomicaparaacrisepoliticaemidiatica.pdf> Acesso em 23 de março de 2019

SAYAD, Abdelmalek (2000). **O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante**. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo : CEM, ano XIII, número especial, jan./2000.

SENADO FEDERAL. **Estatuto do Estrangeiro: legislação e correlatada**. 2014. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1>> Acesso em 23 de março de 2018.

_____, **Fluxo migratório de venezuelanos.** Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/d343cbc3-4b87-498d-82df-7db15d4cfe31>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração Venezuelana para o Brasil.** 2017. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=fa9065e2-c184-5655-0c04-1381156aca09&groupId=265553> Acesso em 23 de março de 2019

TERRA. **Venezuelanos são agredidos e expulsos em Roraima.** Publicado em: 18 ago. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-em-roraima,59fefed7975a667de82952def3364d6cclh0qze0.html>> Acesso em 23 de março de 2019

TODA MATÉRIA. **Imigração no Brasil.** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/imigracao-no-brasil/>. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1

UOL. **Criança e pais venezuelanos sofrem atentado em casa em Roraima; polícia apura xenofobia, polícia apura xenofobia.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/02/09/crianca-venezuelana-e-seus-pais-sofrem-atentado-em-roraima.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

ANEXO

Questionário sobre a mobilidade dos venezuelanos para o Brasil.

1. Qual a sua idade?
2. Qual seu grau de escolaridade?
3. Estava empregado?
4. Qual era o tipo de trabalho?
5. Qual era a média salarial?
6. Há quanto tempo estava desempregado?
7. Deixou família na Venezuela?
8. De qual cidade da Venezuela você vem?
9. Viajou Sozinho?
10. Quem te acompanhou?
11. Quando chegou ao Brasil?
12. Como foi a viagem?
13. Qual foi o meio utilizado para a migração?
14. Qual a razão para a migração?
15. Quanto gastou?
16. Pagou atravessadores?
17. Em qual cidade está no momento?
18. Onde está morando no momento?
19. Se sente seguro?
20. Qual a maior dificuldade encontrada no Brasil?
21. Como foi a recepção dos brasileiros?
22. Está trabalhando?
23. Qual a média salarial?
24. Tem filhos?
25. Qual a idade?
26. Está estudando?
27. Qual série?
28. Principais diferenças que encontrou entre a Venezuela e o Brasil?
29. Já fez a solicitação de refúgio?
30. Já possui o documento?
31. Como é a questão da xenofobia? Sofreu algo que te marcou?

32. Pensou em outro país além do Brasil?
33. Qual?
34. Pensa em ir para outro país?
35. Pensa em voltar para a Venezuela?
36. Por quê?
37. Tem medo das novas políticas migratórias adotadas pelo Brasil?